



santa maria da feira assembleia municipal

## **EDITAL N.º 17/2024/DAOA-AM**

CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, se afixa, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 27 de junho de 2024, aprovada na sessão ordinária de 20 de setembro de 2024. -----

Vai o presente edital ser afixado nos serviços de Atendimento Municipal e outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 23 de setembro de 2024. --

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

(CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO)



Ana Cunha

**ATA N.º 19** – No dia 27 de junho de 2024, reuniu, às 20 horas e 50 minutos, no Europarque, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pela Sra. Presidente da Assembleia, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, e secretariada pelos(as) Srs.(as) Ricardo Leite de Oliveira e Ana Patrícia Bastos da Cunha, respetivamente, 1.º e 2.ª Secretários(as) da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”: -----

- 1 – Ata N.º 18 – Sessão Ordinária de 30 de abril de 2024 -----**
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município-----**
- 3 – Transferência de competências – Município e Freguesias-----**
- 4 – Alteração do Mapa de Pessoal para 2024 -----**
- 5 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas – 2023 -----**
- 6 – 3.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes -----**
- 7 – Regularização de vínculos precários de trabalhadores no âmbito da transferência de competências -----**
- 8 – Programa Movimento e Bem-Estar – Transferência de verbas 2023-2024 -----**
- 9 – Contrato de Delegação de Competências – Bar do Arraial em Lourosa -----**
- 10 – Protocolo de cedência de instalações a celebrar entre o Município e a Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas -----**
- 11 – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação-----**
- 12 – Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, SA – 2023 -----**
  - Relatório de contas e gestão/relatório de exploração -----**
  - Atas das reuniões do conselho de administração e assembleia geral -----**



- Ina Curta*
- Certidão da conservatória do registo comercial -----
  - 13 - Relatório anual emitido pela Comissão de Acompanhamento da concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento - 2023 -----
  - 14 - Alteração à postura de trânsito da freguesia de Rio Meão -----
  - 15 - Programa de Apoio ao Desporto: Medida 6 - Apoio a equipamentos desportivos: d) Manutenção de pavilhões gimnodesportivos -----
  - Atribuição de Apoio à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior. -----

-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e pelos Vereadores Sónia Marisa Lopes Azevedo, Vítor Carlos Latourrette Marques, António Gil Alves Ferreira, Ana Beatriz Soares Pereira da Silva, Márcio Santos Correia, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves e Pedro Manuel Soares Vieira (em substituição do Vereador Délio Manuel Ferreira Carquejo).-----

Não estiveram presentes os Vereadores Ana Cristina Prego Simões Ozório e Mário Jorge de Castro Reis.-----

-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes bem como quem assistia à sessão via on-line. -----

Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida, em direto e remotamente, depreendendo que os eleitos prestam o seu consentimento para o efeito, informando, ainda, que iria circular uma declaração para ser subscrita pelo público presente, para, dessa forma, ser prestado o consentimento em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). -----

---



Informou que os membros Joana Patrícia Fonseca da Silva (PSD), Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD), Susana Alexandra Lopes Correia (PS), Lia Andreia Cristóvão Ferreira (PS) comunicaram não poder estar presentes nesta sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado:-----

- Joana Fonseca Silva: substituída pelo António Luís da Costa Ferreira *(uma vez que os cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Regina Maria Gonçalves da Silva, Jorge Paulo das Neves Pereira, Joana Inês Carvalho Coelho Ribas e Cláudia Oliveira Antunes Correia – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão),---*
- Susana Silva: substituída pelo Rui Manuel de Azevedo Gomes Giro *(uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Cláudia Sofia de Sousa Santos – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão), -----*
- Jorge Ferreira: substituído pela Cecília Santos Oliveira, -----
- Susana Correia: substituída pelo Lécio Jorge Pereira Dias,-----
- Lia Ferreira: substituída pela Célia Adelina Couto Soares *(uma vez que o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – António dos Santos – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão).-----*

Informou, ainda, da entrada na Mesa de 3 pedidos de delegação de representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

- Milheirós de Poiares: Manuel António Martins de Melo (IND) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Carmindo Joaquim Leite de Bastos; -----
- São João de Ver: Nuno João Marques Soares Albergaria (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Renato de Almeida Faria; -----



- Aracurto*
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Fernando Adriano de Sousa Pinho.---

-----  
Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 51 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

*Pelo Partido Social Democrata (PSD):*-----

Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Rui Fernando Guedes Ribeiro; José Moreira de Jesus Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; António Luís da Costa Ferreira, Rui Manuel de Azevedo Gomes Giro, Cecília Santos Oliveira; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Ricardo Leite de Oliveira; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro; Fornos – César Jorge Pais Resende; Lourosa – Armando de Fontes Teixeira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; São João de Ver – Renato de Almeida Faria; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; e União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano de Sousa Pinho; -----

*Pelo Partido Socialista (PS):*-----

Domingos Manuel da Silva Florim; Job Santos Silva; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Rosa Maria Pinto da Silva; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Cláudio Alexander Brandão

---



Ana Cunha

da Costa; Marco António Gomes Gonçalves; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Lécio Jorge Pereira Dias; Célia Adelina Couto Soares; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

*Pelo Bloco de Esquerda (BE):* Tiago de Oliveira Paiva; -----

*Pelo Partido Popular (CDS-PP):* Ângelo Manuel Andrade Santos; -----

*Pela Iniciativa Liberal (IL):* Carlos Ferreira Martins da Silva; -----

*Pelo Chega (CH):* Miguel Branco Santos Alves; -----

*Pela Coligação Democrática Unitária (CDU):* Carlos Miguel Moreira Cunha; --

*Independente (IND):* Carmindo Joaquim Leite de Bastos – Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

-----  
*Entraram no decorrer da sessão:* Eva Lúcia Fernandes da Costa (PSD) e o Presidente da Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa (PSD).-----

*Faltou à sessão, sem ser substituído:* Serafim Manuel da Rocha Guimarães (PSD). -----

-----  
Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, a Sra. Presidente da Assembleia informou que esse documento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa entre a última sessão ordinária, realizada no dia 30 de abril de 2024, e a presente sessão, foi hoje distribuído, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. -----



**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia**, introduzindo este período, informou da existência de 4 documentos para serem apreciados – 2 moções do BE, 1 recomendação do CDS-PP e 1 recomendação da IL – os quais, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão, bem como enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. De seguida, passou a palavra aos proponentes dos documentos, para procederem à apresentação dos mesmos. -----

-----  
Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO – ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA-----  
9.816.000 (nove milhões, oitocentos e dezasseis mil euros). Este é o valor arredondado do lucro bruto da Indaqua Feira em 2023. Este valor resulta da exploração de um bem público, universal e que merece a nossa preocupação. E porquê?-----

A análise das assimetrias nas tarifas globais associadas ao abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos registadas a junho de 2023 levada a cabo pela Deco Proteste aborda o “Preço da água sem Lei” e nela Santa Maria da Feira aparece mencionada por 3 vezes. Na primeira menção surge no top-7 dos municípios com maior aumento da fatura global registado em 2023. Na segunda, no top-3 nacional dos concelhos com a fatura global mais elevada para um consumo anual de 180 m<sup>3</sup>. Na terceira menção, surge como um dos municípios onde os preços elevados não estão associados aos investimentos feitos na rede de abastecimento de água e saneamento. A ERSAR, entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos, tem sido crítica do modelo de concessão praticado em vários concelhos (Santa Maria da Feira incluída) por considerar que este modelo promove injustiças e assimetrias no acesso a um bem essencial para a vida. Para 2024, o panorama em Santa Maria da Feira não melhorou, com



aumentos de 4,5% no preço do abastecimento de água no 1.º escalão (até 5m3 mensais) e de 3.9% no 2.º escalão.-----

Necessitamos que os políticos locais tenham a coragem de abrir o debate sobre a remunicipalização da água no nosso concelho e de uma vez por todas implementar a Tarifa social automática na fatura da água.-----

Os Feirenses vivem com dificuldades económicas, tendo perdido uma parte substancial do rendimento, o que torna o custo de vida incomportável. Neste contexto, é importante que o papel das autarquias seja cada vez mais ativo na defesa dos seus munícipes atuando como linha da frente nas respostas sociais que são da sua competência. -----

A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. -----

Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido.-----

No entanto, está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia. -----

A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR), já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de



carência económica, tomando por referência, nomeadamente, serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5 808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10. -----

O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. -----

Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

No município de Santa Maria da Feira, a automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar mais de 10 mil agregados familiares, segundo dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia no concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 27 de junho de 2024, delibera: -----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.” -----

-----



“MOÇÃO – PELO RECONHECIMENTO DO ESTADO DA PALESTINA -----

Em 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) aprovou o Plano de Partilha da Palestina. Este plano deu origem ao Estado de Israel e estabeleceu o princípio da existência de dois Estados: Palestina e Israel. Desde então, este princípio tem sido reafirmado por vários órgãos da ONU e pela maioria da comunidade Internacional. No entanto, há mais de sete décadas que Israel se recusa a cumprir o princípio da autodeterminação do povo palestino. Desde a sua criação que Israel desenvolve uma política de sistemática obstrução à realização dos direitos nacionais do povo palestino, prolongando e intensificando a ocupação e a colonização dos territórios palestinos ocupados em 1967. -----

Desde outubro de 2023, Israel põe em prática uma política genocida contra o povo palestino, em particular na Faixa de Gaza, mas também na Cisjordânia. A gravidade da situação que se vive na Faixa de Gaza levou o Tribunal Internacional de Justiça, já por duas vezes, a decretar a aplicação de medidas preventivas, que Israel afrontosamente se recusa a cumprir. As ordens judiciais são para que Israel interrompa as suas operações militares em Rafah, reabra imediatamente a passagem de Rafah para permitir a entrada de ajuda humanitária vital na Faixa de Gaza e conceda acesso desimpedido aos mecanismos de direitos humanos da ONU.-----

Em 28 de Maio de 2024, com a decisão de Espanha, Irlanda e Noruega reconhecerem o Estado da Palestina, há já 146 países membros da ONU que o fazem, isto é, a esmagadora maioria dos países do mundo. O Governo português, que afirma apoiar a solução de dois Estados, apenas reconhece o Estado de Israel. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 27 de junho de 2024, delibera: -----  
Recomendar à Assembleia da República o reconhecimento do Estado Independente da Palestina.” -----

-----



Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----

“COMEMORAR COM UMA SESSÃO SOLENE O DIA 25 DE NOVEMBRO DE 1975 -----

O dia 25 de novembro de 1975 é uma data significativa na história de Portugal, pois consolidou a Revolução dos Cravos, que derrubou a ditadura do Estado Novo e estabeleceu a democracia no país. -----

Neste dia, ocorreu um golpe militar liderado pelo Movimento das Forças Armadas que resultou na destituição do presidente da República, Francisco da Costa Gomes, e na dissolução do Conselho da Revolução. Este golpe foi crucial para consolidar a democracia em Portugal e pôr fim a mais de quatro décadas de regime autoritário. -----

A Revolução dos Cravos, que teve início em 25 de abril de 1974, foi um marco na história de Portugal e teve um impacto significativo no país, abrindo caminho para a construção de uma sociedade mais livre, justa e democrática. O 25 de novembro de 1975 é, portanto, uma data importante para celebrar e lembrar o papel dos militares e do povo português na conquista da liberdade e da democracia. -----

“Foi uma data extremamente importante para Portugal, foi uma viragem de uma página que podia ter sido trágica, e a restauração da revolução de abril e sua proeza inicial.” citação de Mário Soares. -----

O CDS sugere que o 25 de novembro de 1975 seja um momento de reflexão profunda sobre essa data na história de Portugal. É importante reunir diferentes perspetivas e testemunhos para garantir uma visão completa e abrangente desse momento crucial para o país. Além disso, é fundamental ressaltar a importância da democracia e do respeito pelos direitos humanos, valores fundamentais que devem ser sempre defendidos e preservados. -----

Esta sessão deve ser um espaço de diálogo e aprendizagem para que as gerações presentes e futuras possam compreender e valorizar a importância da liberdade e da democracia no contexto atual e futuro. -----



Ao abrigo do disposto no n.º 1 e alínea b) do n.º 2 ambos do art.º 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o deputado municipal do CDS-PP de Santa Maria da Feira propõe à Assembleia Municipal de 27 de junho de 2024 que delibere: -----

1 – O CDS-PP recomenda que a Assembleia Municipal comemore todos os anos o dia 25 de novembro com uma sessão solene em homenagem a todos, homens e mulheres que, arriscando suas vidas, lutaram para que hoje possamos viver em liberdade e democracia.” -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----

“ADOÇÃO DE UM NOVO SISTEMA DE TARIFÁRIO NO SERVIÇO DE RECOLHA DE RESÍDUOS, CONSIDERANDO O SISTEMA PAYT (“PAY AS YOU THROW”), EM SANTA MARIA DA FEIRA- A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira iniciou recentemente o projeto Entregue os seus Biorresíduos. Vamos Dar-lhes uma nova Vida, que prevê a recolha porta-a-porta de biorresíduos. Segundo informação divulgada, a autarquia irá investir mais de 1,75 milhões de euros na distribuição de 20.800 contentores adequados a moradias e estabelecimentos comerciais ligados à restauração. A recolha seletiva de resíduos alimentares e de jardinagem vai abranger, nesta fase, cerca de 17% do território e mais de 23.600 habitantes, permitindo a seleção de cerca de 3.500 toneladas anuais de lixo com potencial de transformação em composto ou energia.-----

Apesar de se reconhecer a pertinência deste investimento, a verdade é que todos os municípios portugueses deveriam ter iniciado um sistema de recolha de biorresíduos até 31 de dezembro de 2023, no âmbito da Diretiva-Quadro dos Resíduos da União Europeia, que estabelece as metas para a reciclagem de resíduos urbanos.-----

Para além desta medida, outras estão previstas a nível europeu e nacional. Por exemplo, até julho de 2026 (prazo entretanto alargado até 1 de janeiro



de 2030), todos os municípios portugueses deveriam dispor de um sistema de tarifação do serviço de resíduos em função da quantidade de resíduos indiferenciados produzidos – o PAYT – “Pay as you Throw”. -----

Neste sistema, a tarifa cobrada varia de acordo com a quantidade dos sacos de lixo que são depositados, premiando quem recicla o seu lixo. -----

Vários municípios portugueses já adotaram este sistema. -----

Por exemplo, no concelho da Maia são entregues contentores por residência, cada um com um sistema eletrónico que permite monitorizar o equipamento e contabilizar a quantidade de vezes que este é recolhido, bem como qual o volume que possui. -----

Infelizmente, este não é o caso de Santa Maria da Feira. -----

No nosso concelho, o sistema tarifário do serviço de recolha de resíduos urbanos ainda se baseia numa tarifa indexada ao consumo de água, situação injusta e que desincentiva a separação dos resíduos domésticos para reciclagem. -----

Não será por acaso que, por exemplo, em 2022, na Maia a recolha seletiva representava 35% do total de resíduos urbanos recolhidas, enquanto Santa Maria da Feira apresentava um valor de apenas 22%. -----

Muitos outros exemplos confirmam a eficácia do tarifário “Pay as you Throw”, demonstrando que os sistemas em que se aplica o princípio do poluidor-pagador são mais justos e equilibrados, fomentando a redução da produção de resíduos e incentivando a sua separação, uma vez que quanto mais resíduos se produzir mais se paga. -----

Aliás, este princípio é assumido no Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos, previsto na Portaria 187/2007, de 12 de fevereiro. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 27 de junho de 2024, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera recomendar à Câmara Municipal diligenciar no sentido de implementar um novo sistema de tarifário do serviço de resíduos,



Amélio Cunha

considerando a efetiva quantidade de resíduos indiferenciados produzidos (sistema PAYT – “Pay as you Throw”).”-----

A respeito desta recomendação, o membro Carlos Martins solicitou a alteração do teor do parágrafo final da mesma, no seguimento da sugestão feita, previamente, pelo grupo municipal do PSD, de modo a que, onde se lê: “...*delibera recomendar à Câmara Municipal diligenciar no sentido de implementar um novo sistema de tarifário do serviço de resíduos...*”, se passe a ler “...*delibera recomendar à Câmara Municipal diligenciar no sentido de esta estudar e avaliar o custo/benefício da implementação de um novo sistema de tarifário do serviço de resíduos...*” – alteração que foi aceite pela Mesa. -----

Posto isto, o membro Carlos Martins comentou a moção do BE em relação ao reconhecimento do Estado da Palestina, dizendo ser uma matéria muito sensível e preocupante, bem como ser urgente o cessar-fogo, a libertação dos reféns e o respeitar do direito internacional, mas que tal deve ser feito de forma equilibrada no quadro da diplomacia internacional.-----

Referiu que o Estado Português tem, junto das Nações Unidas, votado a favor dos novos direitos e privilégios a reconhecer na Palestina, nomeadamente no Conselho de Segurança, onde foi votado o pedido de adesão da Palestina, enquanto Estado, às Nações Unidas. -----

Salientou que, tal como o Estado Português, a IL defende a solução dos dois Estados, o Estado de Israel e o Estado da Palestina, em convivência institucional, democrática e política, e que este pensamento e abordagem seja feito à escala europeia, ressaltando que a importância da diplomacia europeia concertada em relação a este assunto. -----

Referiu que, contudo, a IL não defende a recomendação em discussão porque defende dois estados viáveis, um Estado de Israel viável e um Estado da Palestina viável, acrescentando que ser viável significa ter um sistema democrático, um modelo de governação que funcione ao serviço das populações. Salientou que, hoje, o que existe é um estado refém de um



grupo terrorista, e que a IL não pode defender nem reconhecer um Estado dominado por um grupo terrorista, pois entende que isso seria um retrocesso democrático. -----

Concluindo, reforçou que a IL defende o cessar-fogo, defende a negociação e defende o apoio internacional, de modo a ser viabilizado o Estado da Palestina, para, depois, ser reconhecido pela comunidade internacional. ----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu os documentos a discussão e, após feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Carlos Cunha.-----

O membro **Carlos Cunha** (CDU) fez a intervenção que, de seguida, se passa a citar:-----

“Antes de começar a responder às moções que foram apresentadas, para a CDU a única que merece resposta é a do CDS, a CDU queria felicitar a Câmara de Santa Maria da Feira, na pessoa do Sr. Vereador Gil Ferreira, e da sua equipa, pela realização do Artes em Itinerância deste ano. Este evento representa um programa cultural completamente fora do habitual, com grandes e únicos espetáculos de uma riqueza enorme, e revestido de uma descentralidade, do ponto de vista dos locais onde é realizado. Na nossa opinião, ficou a faltar uma maior divulgação do evento, no sentido de ter uma maior participação da comunidade feirense e das pessoas de fora do concelho. Da nossa parte, os parabéns por esta iniciativa. -----

Relativamente às moções, é de interesse em responder ao CDS, é interessante constatar que, 50 anos passados sobre o 25 de Abril e 49 passados sobre o 25 de Novembro, o CDS vem propor uma realização de sessões solenes do 25 de Novembro, quando todos nós sabemos a desvalorização que tem feito nas sessões solenes comemorativas do 25 de Abril, e não esqueçamos que o CDS não deixou de usar a covid-19 como pretexto para que a Assembleia da República não realizasse a sessão



solene do 25 de Abril.-----

Aqueles que nunca se conformaram com a Revolução de Abril e com as suas conquistas, nunca desistiram de tentar reescrever a história, numa tentativa de branquear uma ditadura fascista que, durante 48 anos, oprimiu o povo português, e de negar a importância histórica da revolução democrática iniciada a 25 de Abril de 74.-----

Mais do que valorizar o que aconteceu em Novembro de 75, o grande objetivo do CDS-PP é desvalorizar o que aconteceu em Abril de 74.-----

50 anos passados sobre o 25 de Abril de 74, a radicalização da direita a que temos vindo a assistir no plano nacional e internacional, com a reabilitação do fascismo e a promoção desproporcionada das forças políticas mais saudosistas e reacionários, têm vindo a traduzir-se em Portugal, uma operação de falsificação do percurso histórico do povo português e da sua luta pela liberdade e a democracia de ocultação da natureza popular democrática, progressista, da Revolução de Abril e das suas conquistas.-----

A ideia de que o golpe militar de 25 de Novembro de 75 teve como objetivo evitar que o PCP impusesse uma ditadura em Portugal, não tem a mínima adesão da realidade. A mínima. O que os factos documentados demonstram é que foi o PCP a principal vítima da violência política então desencadeada e que perdurou mesmo para além de 25 de Novembro, até mesmo ao desmantelamento da rede bombista, fascizante, muitos meses depois.-----

E não há um único facto que permita desmentir que toda a atuação do PCP, antes, durante e depois do 25 de Novembro, foi no sentido de encontrar uma solução política para a crise que o país atravessava, que evitasse uma guerra civil e que mantivesse o país no caminho aberto pela revolução de Abril. O golpe militar ocorrido a 25 de Novembro de 75 levou a uma alteração profunda da correlação de forças no plano militar, que alterou o rumo seguido até pelo Movimento das Forças Armadas e que



*Ino Cunha*  
abriu caminho para um processo contrarrevolucionário, mesmo aqueles que pretendem comemorar o 25 de Novembro para se oporem ao 25 de Abril. Não pretendem comemorar o 25 de Novembro pelo que ele realmente foi, mas pelo que gostariam que tivesse sido.-----

Na verdade, e após o 25 de Novembro, os militantes democratas, aqueles que, tendo combatido a esquerda militar, não se identificavam com a direita reacionária. Tomaram consciência dos riscos que a democracia corria, percebendo que os setores mais reacionários, que se tinham aliado ao Grupo dos Nove, pretendiam ultrapassá-lo pela direita. Esta situação levou à criação de uma linha de defesa da democracia, designadamente no seio das Forças Armadas, que impediu que o 25 de Novembro concretizasse o mais ambicioso objetivo contrarrevolucionário e que liquidasse a revolução portuguesa e as suas conquistas. -----

O que as forças mais reacionárias gostariam de ter atingido com o 25 de Novembro seria a ilegalização do PCP, mas não conseguiram. E não só não conseguiu a ilegalização do PCP, como não conseguiram o afastar do Governo, que se manteve no 6.º Governo provisório até junho de 76. -----

Mas há outras razões para que a proposta do CDS tenha aparecido agora. Uma delas é a radicalização da direita portuguesa, com o aparecimento de forças políticas que vieram abrir o campeonato reacionário, no qual o CDS não quer ser o último classificado. Outra razão, e esta sim, decisiva, foi a enorme adesão popular às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, marcada por largos milhares de pequenas e grandes iniciativas, que tiveram lugar ao longo deste ano, envolvendo centenas de milhares de pessoas de todas as idades, na sua maioria já nascidas depois de 74. O que teve como ponto culminante a maior manifestação de massas jamais vista no nosso país desde 1 de Maio de 74 e que representa uma magnífica afirmação de apego à democracia e aos valores de Abril do povo português.

O que irrita é o que pretendem contrapor o 25 de Novembro ao 25 de Abril, aí a profunda adesão do povo português e aos valores de Abril e a



Ana Cunha

determinação de os defender. Podem os saudosistas tentar reescrever e falsear a história, mas não conseguirão.” -----

-----  
Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) e, aludindo à recomendação para a adoção do sistema de tarifário PAYT, disse que o BE considera que indexar a taxa de gestão de resíduos ao consumo de água é fiscalmente injusto e irracional, pois o consumo de água não tem relação proporcional com a produção de resíduos pelas famílias. Referiu que o sistema PAYT tem demonstrado bons resultados e é uma forma de beneficiar aqueles que reduzem, reciclam e separam, e também de contribuir para que sejam alcançados resultados mais expressivos na recolha seletiva, ao beneficiar os munícipes que têm boas práticas ambientais, pelo que saúda e vota favoravelmente esta iniciativa da Iniciativa Liberal. -----

Relativamente à proposta do CDS-PP disse que o 25 de Novembro continua a ser um dos episódios mais polémicos e nebulosos do processo revolucionário português, existindo algum consenso em torno da ideia de a saída dos paraquedistas ter desencadeado as movimentações militares, e de que as mesmas não foram uma mera reivindicação corporativa.-----

Salientou que historiadores e protagonistas não têm uma posição definida sobre três questões fundamentais, designadamente sobre se houve, ou não, uma tentativa de golpe de Estado, quem foram os seus autores e quem ordenou a saída dos paraquedistas.-----

Fez notar que, sendo uma data importante para o processo revolucionário, independentemente da nuvem de fumo que existe em torno da mesma, marcando aquilo a que se pode chamar o início do final do PREC, o 25 de Novembro tem a mesma importância de outros marcos do processo revolucionário, nomeadamente, o reconhecimento da independência das colónias, a primeira eleição democrática em 1975, e, o dia 2 de Abril de 1976, com a aprovação, pela Assembleia Constituinte, da Constituição da República Portuguesa, com os votos contra de apenas um partido, o



  
CDS-PP. Salientou que todos estes marcos importantes não se equiparam, na sua relevância, à semente da Liberdade plantada a 25 de Abril de 1974, frisando que este é um marco fundamental da revolta do povo contra a ditadura salazarista. -----

Concluindo, disse que quando historiadores e académicos de várias áreas de conhecimento não encontram consenso sobre a natureza do 25 de Novembro, entra-se no exercício da sua politização, num ato que intencionalmente visa minorar não só as conquistas, mas também o significado da luta popular do 25 de Abril, pelo que vota contra a proposta apresentada pelo CDS-PP. -----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) dizendo, em relação à moção do BE sobre o reconhecimento do Estado da Palestina, que o partido Livre apresentou uma proposta em tudo semelhante, na Assembleia da República, onde, entre outras coisas, pretendia que o Estado Português desencadeasse os procedimentos necessários para que se pudesse reconhecer o Estado da Palestina como um Estado autónomo e independente. -----

Salientou que a proposta continha um conjunto de condicionantes, que não constam da moção do BE, nomeadamente, que a Palestina não deve ter um grupo terrorista como intermediário, que deveria ser a própria Autoridade Palestiniana, apesar disso, o grupo municipal do PS entende a essência da moção, pelo que vai votar a favor. -----

Informou que o grupo municipal do PS vai votar a favor da moção sobre a atribuição automática da tarifa social da água, como fez em ocasiões anteriores. -----

Em relação à recomendação da IL disse ser curioso porque o PS, em reunião de Câmara, através do vereador Sérgio Cirino, apresentou uma proposta muitíssimo semelhante. Referiu que o sistema PAYT vai ser implementado no Município, salientando que quanto mais se reciclar, mais

---



João Cunha

resiliente e competitivo será o território, pelo que a proposta merece a aprovação do grupo municipal do PS. Acrescentou que o princípio subjacente, do poluidor-pagador, é muitíssimo relevante, porque é mais justo, não se confundindo a água com o lixo, comentando que este será, quiçá, o epíteto mais importante da proposta. -----

Disse que o grupo municipal não concorda com a recomendação do CDS-PP porque a democracia é um processo, que está em contínua evolução e construção, e que Portugal, enquanto Nação, comemora datas fundadoras, datas significativas para o ideário nacional, tais como, o 1 de Maio, o 10 de Junho, o 5 de Outubro, o 1 de Dezembro, frisando que o 25 de Abril é a data mãe da Liberdade, é a data fundadora da 3.ª República. Salientou que comemorar o 25 de Novembro, implicaria comemorar também o 2 de Abril de 1976, data da assinatura da Constituição da República Portuguesa, acontecimentos que não devem ser banalizados -----

Concluindo, deu nota que o objetivo desta recomendação é esvaziar o significado do 25 de Abril, cuja consequência é aumentar a polarização na sociedade portuguesa, que tanto se critica, ressaltando que os políticos resolvem problemas, não os criam, pelo que o grupo municipal do PS vota contra esta recomendação. -----

-----  
Interveio o membro **João Cunha** (PSD) e, aludindo à moção pelo reconhecimento do Estado da Palestina, referiu que o grupo municipal do PSD não pode deixar de mencionar a sua total solidariedade para com o povo palestino e judeu, ressaltando que se tem assistido a uma mortandade, a vários crimes de guerra, perpetrados pelos dois estados, situação que decorre há vários séculos. Salientou que, contudo, a moção não incide sobre isso, pois o que propõe, é o reconhecimento imediato do Estado da Palestina, dando nota que o PSD, nesta matéria, e apesar de estar totalmente solidário, não irá acompanhar a moção, por entender não ser este o momento, e não por hipocrisia.-----



  
Realçou que, conforme abordado pelo membro Carlos Martins, a comunidade internacional ainda não chegou a consenso, e não tem dúvidas que a solução passa pelo reconhecimento dos dois estados, tal como o PSD defende, acompanhando a posição da diplomacia portuguesa. Acrescentou que, neste momento, parece-lhe ser um fator de instabilidade, uma bandeira política, entendendo que, quando houver consenso na comunidade internacional, sejam reconhecidos os dois estados, reforçando que é por essa razão que o grupo municipal do PSD vota contra. -----

Quanto à moção sobre a tarifa social da água, disse que, pelas razões já explicadas em sessões anteriores, o grupo municipal do PSD vota contra. --

Sobre a recomendação do CDS-PP para se comemorar com uma sessão solene o 25 de Novembro, disse que, sendo uma data muito importante, também reafirmadora da democracia, não é a sua data fundadora, pelo que o grupo municipal do PSD considera que realizar mais uma sessão solene vai retirar a importância simbólica reservada para o 25 de Abril, pelo que vota contra.-----

Relativamente à recomendação da IL a respeito do tarifário no serviço de recolha de resíduos, sobre o sistema “pay as you throw”, usando o princípio do utilizador/pagador, deu nota que o grupo municipal do PSD entende que deve ser feito um estudo prévio, conforme conversado com o membro Carlos Martins. Disse não estar tão convicto sobre a eficiência desse sistema, pois a tendência das pessoas é esquivar-se ao pagamento e esse sistema é um pouco permeável a isso.-----

Referiu que o grupo municipal do PSD tem conhecimento da existência de uma diretiva comunitária, que implica a implementação do referido sistema, mas que, não sendo contra por princípio, considera que se deve estudar e, posteriormente, implementar, pelo que, tendo a recomendação sido alterada nesse sentido, vai votar a favor.-----

-----  
Interveio novamente o membro **Tiago Paiva** (BE) dizendo que, a respeito



João Cunha

dos comentários à recomendação para o reconhecimento imediato do Estado da Palestina feitos pelos membros Carlos Martins, Daniel Gomes e João Cunha, da IL, PS e PSD, há total sintonia sobre o que o BE manifestou quanto ao que se pretende para o Estado da Palestina, que é um estado democrático, com relações diplomáticas com o Estado de Israel, realçando que diferem é no caminho que Portugal tem adotado para chegar a um estado em que se possam abrir estas negociações.-----

Salientou que, nesse âmbito, é importante que fique claro que a grande maioria da comunidade internacional já reconhece o Estado da Palestina, e, portanto, esta moção seria um acrescentar a uma maioria que já existe e que, neste momento, não é globalizado pelos países da Europa e pelo bloco dos Estados Unidos. -----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

- *Moção (BE): "Atribuição automática da Tarifa Social da Água"*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS:16, BE, CDU, IND), 30 votos contra (PSD:29, CH) e 2 abstenções (CDS-PP, IL), rejeitar a moção em referência.-----

- *Moção (BE): "Pelo reconhecimento do Estado da Palestina"*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS:16, BE, CDU, IND), 30 votos contra (PSD:29, IL) e 2 abstenções (CDS-PP, CH), rejeitar a moção em referência. -----

- *Recomendação (CDS-PP): "Comemorar com uma sessão solene o dia 25 de novembro de 1975"*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto a favor (CDS-PP), 48 votos contra (PSD:29, PS:16, BE, CDU, IND) e 2 abstenções (IL, CH), rejeitar a recomendação em referência.-----



  
João Cunha

O membro **Carlos Martins** (IL) fez a seguinte declaração de voto: -----

“Só para que fique em ata que isto é uma declaração de voto sobre a votação da recomendação do CDS relativamente ao 25 de Novembro. -----

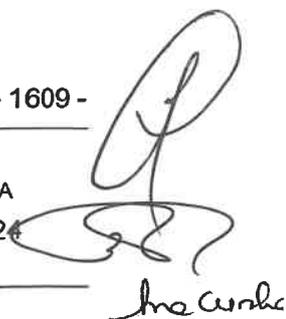
Nós, obviamente, defendemos que haja um reconhecimento público e até uma preocupação do Estado em gerar conhecimento, debate, literacia sobre o processo de consolidação democrática, e o 25 de Novembro foi um momento fundamental nessa consolidação, e, por isso, não podia votar contra a necessidade dessa sinalização, mas abstemo-nos porque entendemos que o que deve ser feito, tal como se fez ao nível do Estado Central, é integrar essa discussão, esse debate, a reflexão sobre esses momentos, nas próprias comemorações do 25 de Abril, como, aliás, foi a recomendação aprovada na Assembleia da República sobre este tema. -----  
Portanto, defendemos, e deixava quase como recomendação, não posso deixar uma recomendação à Câmara numa declaração de voto, mas gostava de sinalizar, se fosse possível, a Câmara integrar ainda nas celebrações do 25 de Abril no Concelho, também este assunto.” -----

-----  
- *Recomendação (IL): “Adoção de um novo sistema de tarifário no serviço de recolha de resíduos, considerando o sistema PAYT (“pay as you throw”), em Santa Maria da Feira”*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD:29, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 voto contra (CDU), aprovar a recomendação em referência, com a alteração supramencionada.-----

-----  
Posto isto, a **Sra. Presidente da Assembleia** possibilitou a cada grupo municipal usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem, e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Miguel Branco. -----

-----  
Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) dizendo que na edição de 2023 da



João Cunha

Viagem Medieval, a organização fechou os pórticos por volta do meio-dia, o que causou reclamações na área de restauração do centro da cidade, porque os clientes tinham de pagar bilhete para entrarem no recinto, o que fez com que muitas pessoas deixassem de ir. -----

Recordou que ocorreram alguns episódios menos felizes, nomeadamente jovens alcoolizados, tendo havido publicações nas redes sociais, e que tem conhecimento que a maior parte das bebidas foram vendidas por uma superfície comercial localizada no centro da cidade, questionando se, em 2024, vai haver fiscalização, para evitar tais acontecimentos.-----

Referiu que têm existido reclamações em relação às zonas industriais, especialmente à zona industrial do Roligo, em Espargo, em que os proprietários dos pavilhões se queixam do mau estado das vias de comunicação e dos passeios, perguntando se a Câmara tem alguma data prevista para intervencionar essas estradas e passeios.-----

Disse que a Avenida do Sarrilha está em mau estado, que já ocorreram alguns acidentes, questionando para quando está prevista a sua repavimentação. -----

Prosseguiu dizendo que em sessões anteriores já questionou sobre a situação que se verifica nas traseiras da Avenida Dr. Domingos Caetano Sousa e da Rua dos Serralheiros, onde, junto à linha de água, foram colocadas estacas e fitas, há cerca de um ano pelo serviço de Proteção Civil, mas que, até o momento, nada mais foi feito para resolver a questão. Salientou que existe ali um ATL, pelo que seria bom que se tomassem medidas para evitar eventuais acidentes. -----

Recordou que, na última sessão, questionou se o armazém, em construção, no cruzamento entre a Rua do Calvário e a Travessa do Calvário, se destinava a comércio ou para indústria, bem como se era possível licenciar um equipamento daqueles numa zona habitacional, quando existem zonas industriais, como o Lusopark e o PERM. -----

Deu nota das corridas ilegais junto ao Lusopark, nomeadamente, na via



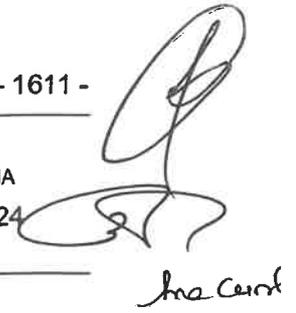
*João Curba* estruturante que liga Espargo a Rio Meão, questionando se a Câmara tem previsto alguma ação com a GNR e com a PSP com vista a evitá-las. -----  
Concluindo, disse que grande parte dos feirenses, sente descontentamento com a falta de limpeza dos passeios, reconhecendo-se a falta de recursos humanos, mas que, pelos documentos disponibilizados, verifica haver uma verba alocada para o efeito, questionando se a mesma se destina só ao ano de 2025.-----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse que a primeira questão tem a ver com as notícias vindas a público, até em resultado da reunião de Câmara, relacionadas com o ensino secundário no Agrupamento de Escolas de Paços de Brandão. Questionou se se confirma a não autorização da Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares, qual a justificação que foi dada, e quais as diligências que o Município está a desenvolver para inverter a situação. Comentou que isto acontece devido ao fim do contrato de associação com o Colégio de Lamas, mas que, sobre esse assunto, não há muito tempo a debater nesta sessão. -----

Questionou qual é o enquadramento estratégico e operacional que a Câmara tem relativamente à transferência de competências do Estado Central para o Município, na área da Saúde. Disse ter conhecimento que o Município está a desenvolver um plano municipal de saúde, questionando em que fase está e quando é que será concluído e apresentado.-----

Deu nota que a terceira questão tem a ver com a publicação, no passado dia 15 de março, do concurso público para a instalação, manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano, com o preço base de 4 milhões e 600 mil euros, abrangendo a instalação e manutenção de abrigos de passageiros de autocarros. Referiu que, brevemente, chega o outono e inverno, pelo que pretende saber qual a solução para o problema dos abrigos.-----

Concluindo, questionou onde é que andam as trotinetes elétricas. -----



Inês Cortes

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) dizendo que, através das respostas dadas pelo vereador Gil Ferreira, na reunião de Câmara, sobre a questão do ensino secundário em Paços de Brandão, percebeu-se as diligências tomadas para que a abertura da escola secundária de Paços de Brandão, para o ano letivo 2024/2025, fosse uma realidade, e quem indeferiu essa pretensão. Assim, assumindo que se trata de uma prioridade do Executivo, solicita ao Sr. Presidente da Câmara que a torne possível, quer por ser uma necessidade, quer por constituir mais uma solução de ensino secundário no Concelho. -----

Questionou se existe uma previsão para a UNIR afixar os trajetos e respetivos horários, para a população poder beneficiar dessa informação. --  
Concluindo, referiu que vai ser difícil iniciar as obras da Avenida do Sarrilha antes do fim do corrente mês. -----

-----  
Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) dizendo que alguns cidadãos foram afetados por obras realizadas pela Indaqua nas redes de abastecimento de água e de saneamento, porque ocorreram acidentes devido à má sinalização das intervenções, tendo colocado à empresa a possibilidade da ativação do seguro, para serem ressarcidos dos danos provocados, e que, segundo informações obtidas pelo BE, tal foi negado, relegando-se a resolução dos problemas para a via litigiosa. -----

Salientou que esta forma de proceder coloca, muitas vezes, entraves a que os cidadãos possam reivindicar os seus direitos, questionando se é possível haver algum procedimento municipal que acompanhe o munícipe lesado. --  
Disse que a segunda questão tem a ver com o Programa de Apoio à Cultura para 2025, que prevê um teto de financiamento de 7500 euros para entidades sem fins lucrativos, o que significa que o teto do projeto são 15 mil euros, pois o Município financia até um máximo de 50% do valor solicitado pela entidade. Explicou que este valor traduz, comparativamente, com programas anteriores, uma redução de 25% do



*Ina Lamas* teto de financiamento, acrescentando que, o BE tem conhecimento que estas entidades veem este programa como estrutural, para fazer face às despesas correntes, e questionando se existe alguma possibilidade de rever esse teto de financiamento. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) dizendo que o IMT é uma receita municipal, pelo que gostaria de saber se o Executivo tem alguma ideia da grandeza dos valores que o Município poderá, potencialmente, perder. Disse ter conhecimento que o Governo está a estudar uma proposta para ressarcir os municípios dessa perda de receita, questionando se o Município já foi auscultado, se está a participar na discussão e, por fim, se confirma a ideia de que vai ser totalmente ressarcido.-----

Disse que o grupo municipal do PS se tem apercebido que parece existir uma certa insatisfação nos serviços municipais, acusando os trabalhadores um certo desgaste e cansaço, e até uma certa revolta, solicitando que o Sr. Presidente lhe explique se é uma perceção errada, ou se corresponde a algo palpável e com causa determinada.-----

Abordando os passadiços do Uíma e alegando que terminam na zona da Tabuaça, em Lobão, perguntou se existe intenção de os estender até à zona de Sanguedo, ligando aos Moinhos de São BartUíma e aos trilhos pedestres. -----

Interveio a deputada municipal **Ana Lamas** (PSD) referindo que, nos últimos meses, tem observado, com entusiasmo, várias iniciativas louváveis promovidas pelo atual Executivo Municipal, pelo que, com grande satisfação, se dirige a esta Assembleia para enaltecer algumas delas. -----

Referiu que a primeira prende-se com o lançamento e oferta do livro “Uma Aventura na Torre do Tesouro”, inspirado no património material e imaterial do Concelho, que deve orgulhar os feirenses. Deu nota que o



João Cunha

mesmo foi lançado no dia 23 de abril, Dia Mundial do Livro, e espelha bem o quão entusiasmante e bonito é o território, e, ao mesmo tempo marca, de forma simbólica, o fim de uma importante etapa escolar e o início de novas aventuras, no novo ciclo de ensino. -----

Referiu de seguida que, no ensino secundário, foi distribuída uma pulseira de acesso gratuito à Viagem Medieval a todos os alunos, tendo sido já distribuídas 16 mil pulseiras. Para além disso, todas as crianças e jovens que apresentem esta pulseira até ao dia 30 de julho podem visitar o Castelo, o Museu Convento dos Lóios e o Museu do Papel, sendo esta oferta válida também para um acompanhante. -----

Salientou que estas iniciativas são algumas de entre muitas outras que mostram a identidade, vivacidade e dinamismo do Concelho, dizendo que o grupo municipal do PSD quer enaltecer o Sr. Presidente de Câmara, todos os membros do Executivo municipal e todas as equipas envolvidas, que todos os dias complementam a vida do Concelho com muito trabalho, empenho e dedicação. -----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos, começando por aludir às questões colocadas pelo membro Miguel Branco. Quanto à questão dos horários dos pórticos na Viagem Medieval, disse que o problema foi identificado pela organização do evento, foi objeto de diálogo com os responsáveis pela restauração da zona histórica, tendo-se revertido a situação. Salientou que, numa discussão conjunta, chegou-se à conclusão que fechar mais tarde é, de facto, melhor para a restauração da zona histórica, ao contrário do experienciado em 2023, pelo que se vai regressar à versão original, apesar de isso causar alguns prejuízos à organização. -----

Sobre a questão relacionada com a venda de bebidas alcoólicas disse que a mesma não se coloca, infelizmente, só durante a Viagem Medieval, mas que, no ano passado, a situação se agudizou, de facto, durante o evento.

---



  
Clarificou que o problema não se agravou nos estabelecimentos que estão sobre a alçada da organização da Viagem Medieval, como as tabernas e os regatões, prende-se antes com a abertura de vários estabelecimentos comerciais que estão fora do controlo da citada organização, que utilizam um expediente que torna extraordinariamente difícil de fiscalizar, em tempo útil, essa atividade. Acrescentou que alguns desses estabelecimentos descaracterizam a Viagem Medieval, nomeadamente, no que se refere à falta de uso dos trajes da época-----

Informou que uma mera comunicação prévia é suficiente para abrir um estabelecimento, o que tendo em atenção o período de duração da Viagem Medieval, torna o prazo de fiscalização inexecutável. Referiu que, apesar disso, as forças de segurança deslocaram-se ao estabelecimento em concreto e atuaram, acrescentando que, em 2024, preventivamente, tudo será feito para que a situação não se repita.-----

Esclareceu que a Câmara tem um plano de recuperação das zonas industriais, informando que a zona industrial de Mosteirô está em obras profundas de requalificação, a zona industrial de Escapães vai ser requalificada brevemente, e está a ser elaborado o projeto de execução relativo à zona industrial de Arrifana. -----

Fez notar que a zona industrial do Roligo terá de ser requalificada, ao nível de todos os pavimentos, passeios e aparcamentos, dando nota que se trata de uma zona com características muito específicas porque, além da vertente industrial, tem uma vertente comercial bastante grande, sendo o estacionamento um dos principais problemas, presumindo-se que a situação melhore nos próximos meses, com a transferência dos serviços da empresa Faurecia para o Lusopark.-----

Sobre a requalificação da Avenida do Sarrilha disse que a obra está consignada, os planos de segurança estão prontos, e a indicação da empresa é que a obra iniciaria no mês de junho, ressaltando que se trata de uma requalificação integral, para a dotar de melhores condições.-----



Ana Cunha

Em relação à linha de água na proximidade da Rua dos Serralheiros informou que o problema está identificado e que o projeto está a ser elaborado pelos serviços técnicos do Departamento de Estudos e Projetos, não tendo de memória se os pedidos de autorização já foram enviados para a Agência Portuguesa do Ambiente.-----

Sobre o armazém sito na confluência da Rua do Outeiro com a Rua do Calvário, disse que julgava que essa informação já tinha sido enviada ao senhor deputado, mas constatando que não o foi, insistiria junto da vereadora Ana Ozório para lhe fosse enviada resposta.-----

No que concerne às corridas ilegais de automóveis referiu que se trará de uma matéria que compete, em primeira linha, às forças de segurança, acrescentando que a Câmara, em tempos, falou com as empresas do Lusopark, e até foram colocadas lombas para impedir tais corridas. Salientou que a solução terá de passar por uma atuação concertada, com a implementação de medidas que dificultem esse tipo de atividades ilegais, com a presença das autoridades, para levar à desistência deste tipo de comportamentos, que não só são perigosos do ponto de vista rodoviário, como causam bastante incomodidade à população da zona, conforme atestam as queixas recebidas.-----

Sobre a questão da limpeza dos passeios, informou que a Câmara tem feito, em parceria com as juntas de freguesia, protocolos bipartidos, para a construção de passeios e alargamento das vias, dando nota que, em média, a cada ano do mandato, a Câmara gastou 1 milhão de euros por todo o território, o que significa um investimento global de 2 milhões de euros, dado que a Câmara investe 50% e a junta de freguesia os outros 50%.-----

Quanto à limpeza, fez notar que os presidentes das juntas têm um trabalho difícilimo, porque as condições climáticas são propícias à propagação das ervas.-----

Recordou que, no seguimento de uma deliberação tomada pela Assembleia Municipal, deixou de se usar glifosatos, e, portanto, a limpeza é feita sem a



Ana Cunha

utilização desse tipo de produtos químicos, acrescentando que por isso a Câmara reforçou as verbas para a limpeza de bermas e valetas, fazendo notar que esse reforço não será só para o ano de 2025. -----

Sobre o Plano Municipal de Saúde e o enquadramento estratégico, informou que esse trabalho está a ser feito, e, assim que estiver finalizado, será disponibilizado para conhecimento geral. -----

Quanto ao concurso de mobiliário urbano recordou que, em anteriores ocasiões, disse que estes concursos, pelo histórico existente por todo o país, iriam ser sempre conflituosos do ponto de vista jurídico. Referiu que esperava que tal não acontecesse, mas que, sendo um concurso ambicioso, até pelo prazo atribuído de concessão, prazo esse de 10 anos, entendeu-se prorrogar o prazo para apresentação de candidaturas. -----

Sobre os horários da rede de transportes da UNIR disse que a Câmara continua a insistir, junto da Área Metropolitana do Porto, porque é um dos constrangimentos que subsiste, apesar de paulatinamente ter vindo a melhorar, ainda não está em consonância com aquilo que se quer e a população merece. -----

Em relação à questão da Indaqua disse que, geralmente, a primeira reclamação do munícipe é feita para a Câmara, a qual, verifica se é uma obra sua e, caso não seja, reenvia a reclamação para a Indaqua, que trata do assunto diretamente com os munícipes. -----

Quanto à isenção de IMT informou que o Município ainda não tem essa indicação do governo nem foi chamado, ainda, para essa discussão. -----

Sobre a insatisfação dos funcionários da Câmara referiu que o membro Daniel Gomes tem de concretizar, salientando que acompanha, desde muito cedo, as brigadas da rede viária, que começam a trabalhar às 6H30, e não nota essa insatisfação nos colaboradores. Informou que teve a oportunidade de estar junto de todos, assim que assumiu as funções de Presidente de Câmara, e não recebeu esse feedback, acrescentando que o este Executivo tem estado em diálogo com as estruturas sindicais e vai ter



*José Cunha*

boas notícias para dar a todos os funcionários da Câmara. Salientou que haver um ou outro caso isolado de insatisfação, é natural, numa estrutura com cerca de 1500 funcionários. -----

Relativamente à questão da possível extensão dos passadiços do Uíma, referiu que desde a Tabuaça até à confluência com Vila Maior-Sanguedo já está construída uma parte, sendo o objetivo construir o atravessamento em toda a margem do rio Uíma, desde Arrifana-Milheirós de Poiares até ligar a Vila Nova de Gaia. -----

Sobre as trotinetes, disse bastar abrir a aplicação da Bolt porque aí estão identificadas as localizações das mesmas. -----

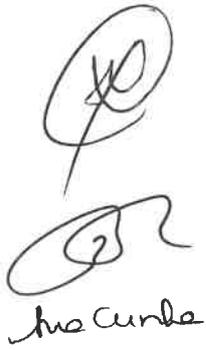
De seguida, passou a palavra ao Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, Gil Ferreira, para responder à questão do alargamento da oferta do ensino secundário e à questão do Programa de Apoio à Cultura. -----

-----  
Interveio o **Vereador Gil Ferreira** que, em relação ao alargamento da oferta ao nível do ensino secundário no Agrupamento de Escolas de Paços de Brandão, informou que o processo decorreu ao longo de todo o ano letivo de 2022/2023, tendo sido realizadas um conjunto de reuniões sectoriais, primeiro com o agrupamento, depois com as forças vivas da área de influência do mesmo. Disse que foram definidos objetivos e ouvida a comunidade, tendo sido aplicado um inquérito na comunidade educativa, com particular enfoque nas áreas de influência geográfica. -----

Fez notar que as propostas de alteração da rede educativa são feitas por altura da comunicação do movimento anual da rede escolar, o que acontece em março de cada ano letivo. -----

Disse que o Município fez todas estas diligências e desenvolveu todo um processo de preparação, comentando que teve oportunidade de explicar isso a uma delegação do CDS-PP, por solicitação desse partido, e que tem todo o gosto em dar essas explicações a qualquer força partidária ou a



  
João Cunha

qualquer entidade que queira conhecer o detalhe. -----

Deu nota que, no dia 25 de março de 2024, a Câmara foi informada do despacho do Secretário de Estado da Educação cessante do indeferimento da proposta, sem qualquer justificação. Acrescentou que o Executivo estranhou esse indeferimento pois tinha, inclusive, envolvido a Delegação Regional, tendo sido proferido contra a resolução do Conselho de Ministros de 2019, contra a vontade do Município, do Agrupamento de Escolas e dos senhores presidentes de Junta. Disse que houve uma reunião preparatória com presidentes de Junta, incluindo o da freguesia de Paços de Brandão, a 9 de fevereiro de 2023, que precedeu uma reunião com o Delegado Regional, Dr. Luís Carlos Lobo, onde foi apresentado um estudo detalhado, com dados objetivos, socioeconómicos e demográficos, assim como o inquérito aplicado e uma proposta de estruturação de um curso científico-humanístico articulado e diferenciador face à oferta existente de cursos científico humanísticos, quer na escola secundária de Santa Maria da Feira quer na escola secundária do Agrupamento de Escolas Coelho e Castro, em Fiães. -----

Realçou que, perante a comunicação do indeferimento, solicitou de imediato uma reunião para expor à tutela a vontade do Município, a qual está expressa na proposta de abertura de procedimento para a elaboração do projeto de requalificação da EB 2,3 de Paços de Brandão, frisando que no programa base está plasmada a intenção de uma ampliação, e não apenas uma requalificação, que dá suporte à intenção do alargamento da oferta formativa, no nível de ensino secundário. -----

Sobre a Medida 1 do Programa de Apoio à Cultura, na parte referente às pessoas coletivas sem fins lucrativos, disse, quanto à alteração promovida, que a mesma foi aprovada na reunião de Câmara, acrescentando que teme que, neste momento, seja extemporânea qualquer ação porque as candidaturas terminam no dia 28 de junho. Disse que a alteração feita, por proposta do júri e dos técnicos que acompanham a gestão de projeto, foi



Ino. Currofi

eliminar os 5 patamares, dando nota que existiam patamares, que começavam nos 1250 euros e iam até aos 10 mil euros de montante máximo, na lógica de atribuição de 50% do orçamento total do projeto. Realçou que, por proposta do júri, no âmbito da apresentação de um conjunto de oportunidades de melhoria, no sentido de flexibilizar ao maior número de agentes culturais e criativos, pessoas coletivas, associações, cooperativas, entendeu-se eliminar os patamares e apenas prever que o teto máximo são os 7500 euros a atribuir por projeto apoiado, não obrigando nenhuma das entidades a tipificar-se, ao concorrer, um único patamar. Salientou que, da experiência anterior, verificou-se que não era executado o montante total disponível, quando o pretendido é que se execute todo o montante disponível para o programa. -----

-----  
Interveio novamente o membro **Tiago Paiva** (BE) que, no seguimento das explicações dadas pelo vereador Gil Ferreira, disse que o mesmo racional para a eliminação de todos os patamares não justifica a redução do patamar máximo, de 10.000 para 7.500 euros, que não seja a redução que também se verificou neste financiamento, de mais de 50% para esta medida concreta, pois em 2023 foi de 150 mil euros e, em 2024, passou para 70 mil euros. -----

-----  
O **Vereador Gil Ferreira** esclareceu que, na verdade, a dotação disponível para estes agentes aumentou 30 mil euros, dado que o que se fez foi separar e expurgar os projetos tipificados de programação, esclarecendo que a medida de programação tem a dotação de 100 mil euros e a medida de apoio à criação a dotação de 70 mil euros, assim os mesmos agentes podem, agora, obter o financiamento mais adequado à tipologia dos projetos. Reforçou que se dividiram em duas medidas distintas exatamente para dar uma resposta mais adequada a projetos que se perpetuavam, e que já não eram projetos de criação, mas sim de programação. -----



*João Cunha* Entraram os membros Maximino Costa e Eva Costa.-----  
-----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**1 – Ata N.º 18 – Sessão Ordinária de 30 de abril de 2024**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, que lhes foi oportunamente disponibilizada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão, não participam na sua votação.-----  
-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 42 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe.-----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Cláudio Costa, Job Silva, Tiago Paiva, Carlos Cunha, Rui Giro, Cecília Oliveira, António Ferreira, Ricardo Leite, Carmindo Bastos, Renato Faria e Fernando Pinho.-----  
-----

**2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município** --

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício, registado sob o n.º 10.555, em 19/06/2024, subscrito pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, referente ao III Relatório de 2023, o qual sintetiza a atividade e situação financeira do Município – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal.-----  
-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) referindo que o quadro 3 da informação sobre os Investimentos, por Grupos de Classificação Económica, indica um investimento de cerca de 500 euros na rúbrica atinente ao tema da Habitação. Disse que esse valor não seria expetável, tendo em conta a prioridade assumida pelo atual Executivo em matéria de habitação e a execução do programa 1.º Direito.-----  
-----



maumel

Questionou que compromissos pode o Executivo assumir, até ao final do mandato, em termos de implementação de medidas em matéria da habitação e de execução do programa 1.º Direito. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que disse que, na pág. 7 do documento em apreço, consta uma rubrica descrita como “serviços complementares de fiscalização e coordenação de segurança – piscina municipal de Canedo”, no montante de 6.500 euros, recordando que, na sessão anterior, tinha questionado se as obras nas referidas piscinas estavam a ser fiscalizadas, pelo que não entende esta rubrica, neste momento. -----

Frisou que uma outra rúbrica, constante da página 8, diz respeito à “coordenação e elaboração dos projetos para a requalificação da rua de Santo André – Santa Maria da Feira”, por consulta prévia, perguntando se a mesma diz respeito à entrada do Hospital de São Sebastião. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) recordando que, durante anos, se assistiu a uma redução virtuosa da dívida, dando nota que, em 2011, o Município tinha uma dívida de 76 milhões de euros e pagava 750 mil euros de juros por ano, montante esse que foi reduzindo e atingiu, sensivelmente, 9 milhões de euros de dívida e 100 mil euros de juros, até 2023. -----

Referiu que o documento agora em apreço apresenta um sinal contraditório, pois assiste-se, a uma subida da dívida de mais de 2 milhões de euros, sem que o Município tenha feito despesas avultadas de investimento, como seria, por exemplo, o túnel da Cruz. -----

Disse que, assim, a questão que coloca é se, com Amadeu Albergaria, se vai voltar aos tempos em que o Município não era conhecido pelos bons indicadores económicos e financeiros, mas sim pelas suas dívidas. -----



Usou da palavra, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, a Sra. Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, que, relativamente à verba inscrita na rubrica Habitação, no quadro 3, informou que a mesma não está relacionada nem com o programa 1.º Direito nem com investimento na habitação, tratando-se de uma rubrica genérica. Explicou que caso se tratasse de compra de habitação ou de investimento, a verba seria alocada na rubrica atinente ao tema das Construções Diversas ou na rubrica destinada a Outros Edifícios, daí o valor ser tão residual e sem expressão. -----

Relativamente ao referido pelo membro Daniel Gomes de que a dívida aumentou 2 milhões de euros, disse que, de momento, não consegue responder com precisão, parecendo-lhe que se prende com o lançamento de regularizações, faturação que, provavelmente, entrou no final do trimestre, acrescentando que fará chegar ao membro Daniel Gomes a devida informação. -----

Concluindo, disse que a Câmara continua com o rigor financeiro dos últimos anos, não aumentando dívida e com contas controladas. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por dizer que a obra da piscina municipal de Canedo foi sempre alvo de fiscalização, e que a prova disso é que nas situações de prorrogação de prazo, isso aconteceu, frisando que a mencionada rubrica destina-se, exatamente, a completar os serviços de fiscalização. -----

Quanto às obras na rua de Santo André confirmou que são para fazer uma intervenção entre a rotunda do Hospital e a rotunda do Mercadona, para recuo na zona da Quinta da Reboleira, com vista a maior fluidez de trânsito. -----

Sobre a intervenção feita pelo membro Daniel Gomes comentou que o mesmo, com legitimidade, manifestou uma preocupação política com o atual presidente da Câmara, retorquindo, que o mesmo não deve estar



João Cunha

desmesuradamente preocupado com o túnel da Cruz nem com as contas da Câmara. Salientou que, ao contrário das palavras proferidas pelo membro Daniel Gomes, a Câmara está a fazer muitas obras, muito investimento, incluindo na freguesia onde o mesmo reside, comentando qualquer dia se voltará ao tempo em que o PS afirmava que os executivos do PSD levariam a Câmara à falência, o que nunca se verificou. -----  
Concluindo, sublinhou que a preocupação que tem, como presidente da Câmara, é a de responder, ponto por ponto, às questões.-----

-----  
Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em referência.-----

-----  
*Saiu o membro Marco Jesus.*-----

-----  
**3 - Transferência de competências – Município e Freguesias**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 17 de junho de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

-----  
Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que referiu que, associada à transferência de verbas, há um acréscimo de tarefas e responsabilidades para as quais as entidades não dispõem de recursos, nomeadamente, humanos. Disse que, neste momento, as câmaras municipais estão a fazer o mesmo que fez o Governo, ou seja, estão a despejar literalmente nas juntas de freguesia competências com a transferência de verbas, que só as juntas de freguesia podem avaliar se serão, ou não, suficientes para as suas necessidades.-----



Ine Cunha

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que, dirigindo-se à Sra. Presidente da Assembleia, chamou à colação o artigo 26.º do Regimento, sobre o tema do uso da palavra, e face ao qual à câmara municipal é garantido um tempo de intervenção idêntico ao do grupo municipal com maior representatividade. Recordou que, no Período de Antes da Ordem do Dia, esse tempo é de 6 minutos, acrescentando que agradece ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs. Vereadores o tempo que investiram na resposta das questões, mas pede que haja bom senso, pois os membros têm um tempo limitado para fazer a pergunta e, depois, há todo o tempo do mundo para responder, contra o citado regimento e fazendo incumprir a Assembleia o seu papel. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** referiu que o tempo de intervenção da Câmara foi respeitado, dando nota que o Período de Antes da Ordem do Dia tem 60 minutos e que a Câmara tem direito a 18 minutos, ao que o membro **Carlos Martins** referiu que não é isso que diz o Regimento no respeitante ao uso da palavra no citado Período de Antes da Ordem do Dia, comentando que ou se aceita que o regimento seja cumprido ou se promova a revisão ao mesmo. -----

Prosseguindo, sobre a questão da transferência de competências para as juntas de freguesia, disse saudar que se olhe para a mesma com cuidado e que se liberte o orçamento das juntas de freguesia para melhor desempenho. -----

Disse que este ponto permite-lhe salientar que não há uma alteração estrutural na forma como a Câmara vê o papel das juntas de freguesia, pois o que se verifica é um reforço financeiro que decorre, também, de um acréscimo substancial da receita que o Município obteve. Referiu que o orçamento aprovado é de 120 milhões de euros, ao que se somou o saldo de gerência, fazendo ultrapassar em muito os 150 milhões de euros, e, no fim de contas, em relação à transferência para as juntas de freguesia, se está a falar de uma margem residual desse investimento. -----



*ma curat*

Fez notar que concorda, compreende e saúda, a preocupação tida com o equilíbrio financeiro, mas que também está em causa esta lógica de conceder às juntas de freguesia tarefas pequenas, e não o pensamento político e de estratégica para o Concelho, acrescentando que, atualmente, as juntas de freguesia têm uma capacidade técnica, de pensamento e de intervenção que, no seu entender, merece repensar o modelo de relação. --- Disse que um exemplo é o apoio ao associativismo, questionando porque é que as juntas de freguesia não têm um papel nessa matéria, dado que conhecem melhor do que ninguém as suas associações.----- Salientou que há muitas questões que podem ser pensadas, pelo que, tal como fez em sessões anteriores, deixa o repto para que se repense, estruturalmente, o que é que se quer que a Câmara faça e o que pode ser feito pelas juntas de freguesia, pois todos concordarão que, quanto mais próximo do cidadão, melhor é o serviço.-----

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse saudar a preocupação do Município para com os presidentes das juntas de freguesia, ao reforçar as capacidades pela via do aumento das verbas correspondentes. -----

Disse esperar que seja o princípio de um maior diálogo entre os presidentes de junta e o Município para que, no futuro, não venham reivindicar mais apoios, apelando a que haja uma convergência para que os serviços sejam cada vez mais proficuos, e proporcionem melhor qualidade de vida nas freguesias, como um todo. -----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que disse que o aumento de recursos para as juntas de freguesia é muito bem-vindo, contudo, é tardio e, na opinião do grupo municipal do PS, não repõe a justiça na distribuição de verbas entre as partes, porque, durante anos a fio, as juntas de freguesia não foram compensadas pelos constantes aumentos de custos.---



Referiu estar em causa o montante que a DGAL vai reter ao Município e entregar, diretamente, às juntas de freguesia, dando nota que este montante, provém de uma verba constituída por três tipos de receita, ou seja, o fundo de equilíbrio financeiro, a participação de 5% do Município sobre o IRS e a participação no IVA. -----

Disse que aquilo que o Município entrega às juntas de freguesia é uma parte dessa verba, ressaltando que, em 2015, cabia às juntas de freguesia 1,7 milhões de euros e, em 2024, 3,1 milhões de euros, ou seja, apenas mais 1,4 milhões de euros. -----

Salientou que enquanto a verba cresceu, para o Município, mais de 8 milhões de euros, as juntas de freguesia ficaram apenas mais 1,4 milhões de euros, o que leva a concluir que o exercício ora feito é tardio e insuficiente, mas vai no bom sentido. -----

Concluindo, disse que os presidentes de junta de freguesia há muito tempo que manifestam o seu desagrado, de forma incontida, pelo que este esclarecimento é importante. -----

-----  
Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que começou por agradecer à Câmara, ao seu Presidente e aos vereadores, porque, dentro ou fora do regimento, estão sempre disponíveis para esclarecer a Oposição. -----

Quanto ao ponto em apreço disse que o grupo municipal do PSD não pode deixar de dar os parabéns ao Executivo, na pessoa do Dr. Amadeu Albergaria, pelo aumento médio de 40% das verbas. Referiu que, muito embora o deputado Daniel Gomes tenha tentado dar várias voltas e justificações, a verdade é que é um aumento meritório, que merece os parabéns da parte do grupo municipal do PSD, que está orgulhoso pelo trabalho continuado que tem vindo a ser feito, porque não vem pedir equilíbrio e, passados 10 minutos, esquece o equilíbrio, frisando que é coerente na atuação, coerência que se baseia em dar e atribuir o que pode. Disse que o aumento em causa é um enorme sinal de confiança e de visão

---



João Cunha

para o território e para a população, e tem como objetivo ir ao encontro das reais necessidades das juntas de freguesia, que são uma preocupação muito importante para o Município. Frisou tratar-se de um aumento médio de 40%, dando às freguesias a necessária autonomia e poderes para atuar com maior proximidade, sempre sem perder de vista o equilíbrio financeiro. Concluindo, comentou não perceber como é possível falar-se dessa questão, nesta Assembleia, quando o equilíbrio financeiro é reconhecido por todos os Partidos.-----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por esclarecer o membro Carlos Cunha que este pacote de transferências nada tem a ver com acréscimo de tarefas, que existe é um aumento de 40% nas verbas para as juntas de freguesia fazerem as mesmas tarefas que já lhes estavam adstritas.-----

Sobre o tempo gasto pela Câmara nas respostas disse que pode usar outra estratégia, mas que, se o fizer, será criticado, por não responder, por não estar preparado ou por não querer responder.-----

Referiu que não diria que as tarefas que as juntas de freguesia têm são pequenas, e que é aos autarcas que as pessoas se dirigem para resolver os problemas, e que isso não é uma tarefa menor porque responde a uma necessidade e a uma urgência das populações.-----

Salientou ainda que as juntas de freguesia participam com a Câmara na definição da estratégia da sua própria freguesia, ressaltando que no início do mandato, e durante toda a execução do mesmo, isso acontece, sendo essa estratégia clara e perceptível por todas as juntas de freguesia, comentando que na esmagadora maioria das freguesias está a decorrer obra no terreno.-----

Sobre o aumento das verbas ser tardio, recordou que tomou posse como Presidente da Câmara no dia 27 de março último.-----

Disse perceber os números todos e as comparações feitas pelo membro



Inês Cunha

Daniel Gomes, mas que o mesmo se esquece, nessa avaliação, dos investimentos que estão a ser feitos pela Câmara diretamente nas juntas de freguesia. Disse que, apesar de julgar que todos os membros desta Assembleia já terão sido convidados pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, convida todos para a inauguração do Largo da Feira dos Quatro, no próximo sábado, que traduz um investimento direto da Câmara, naquela freguesia, de cerca de 2 milhões. -----

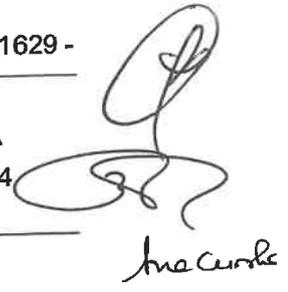
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD:31, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), autorizar a celebração do acordo e auto de transferência de competências e recursos entre o Município e as Juntas de Freguesia, nos termos propostas na deliberação camarária supraidentificada. -----

#### **4 - Alteração do Mapa de Pessoal para 2024** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 17 de junho de 2024 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor (PSD:31, PS:4 - Rui Rios, Valdemar Silva, David Neves e Francisco Andrade, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 12 abstenções (PS:11, BE), aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal para 2024, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----



Inês Curto

Saíram os membros António Valdemar Ribeiro e André Vivas Rocha. -----  
Reentrou o membro Marco Jesus. -----

**5 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas – 2023** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 17 de junho de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que disse que, relativamente às contas consolidadas, não há muito mais a acrescentar relativamente às contas individuais do Município, da Feira Viva e da Sociedade de Turismo, acrescentando que, basicamente, o que as contas consolidadas fazem é uma agregação de todas as virtudes e defeitos de cada uma delas. -----

Referiu que o impacto das contas do Município é o mais significativo, porque representa muito mais de 90% das contas consolidadas, e, como tal, como as contas do Município são, em grande medida, sólidas, por uma consequência lógica e até aritmética as contas consolidadas também o são. Disse ter obtido resposta ao requerimento que havia apresentado a propósito da Energaia e, pelo que vê, os 47 mil euros que o Município paga por ano lhe parecem excessivos para o serviço prestado, lamentando que a Energaia continuar a não responder ao Município. Questionou em que ponto está a avaliação feita pelos peritos externos aos ativos que o Município tem nas suas concessões. -----

Referiu que também é importante falar sobre a Suldouro porque, apesar de não fazer parte do perímetro de consolidação, é uma entidade que tem um impacto relevante no Município, em termos de ambientais. -----

Disse que foi mencionado, em sede de Comissão Permanente, que o representante do Município no Conselho de Administração da Suldouro



deveria estar presente numa sessão da Assembleia para prestar alguns esclarecimentos, designadamente, sobre as orientações que recebe por parte do Executivo, comentando que se trata de uma falha que gostava de ver suprida.-----

Fez notar que o Município tem 15% da Suldouro, mais de 500 mil euros do seu capital, e que se tem assistido a um agravamento brutal das tarifas de acesso aos aterros sanitários da Suldouro, que existem indicadores de reciclagem absolutamente medianos, mandando-se para aterro mais de 78% dos resíduos, e que está em execução o plano de ação do PERSU 2030 e que não faz a menor ideia do que lá consta.-----

Usou da palavra, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, a Sra. Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, que, relativamente à questão da avaliação do património pela entidade externa, informou que se trata de um trabalho complexo, em execução há cerca de um ano e meio, executado em coordenação pelos serviços financeiros e do SIG – Sistema de Informação Geográfica, por envolver o levantamento de infraestruturas. Acrescentou que se trabalha, de forma consistente e consertada com os próprios revisores, para que os resultados sejam apresentados nas próximas contas.-----

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** para acrescentar que o grupo municipal do PS tem ao seu dispor mecanismos regimentais que permitem discutir as questões da Suldouro, dando nota que o Executivo está disponível para essa discussão a qual é importante para esclarecer os feirenses, nomeadamente, como é que se aplicam as tarifas e quem as manda aplicar.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor



Inês Cunha

(PSD:29, PS:4 – Rui Rios, Valdemar Silva, David Neves e Francisco Andrade, IND), 13 votos contra (PS:12, BE) e 4 abstenções (CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município, relativos ao ano de 2023.-----

-----  
*Reentrou o membro António Valdemar Ribeiro.*-----

**6 – 3.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes-**

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 17 de junho de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

-----  
Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD:30, PS:4 – Rui Rios, Valdemar Silva, David Neves e Francisco Andrade, IND) e 17 abstenções (PS:12, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar a alteração orçamental modificativa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

-----  
*Reentrou o membro André Vivas Rocha.*-----

**7 – Regularização de vínculos precários de trabalhadores no âmbito da transferência de competências**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 17 de

P



37  
Ino Cunha

junho de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

-----  
Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que disse que a CDU se congratula com esta medida do Executivo no combate à precariedade dos trabalhadores, pugnando para que a mesma seja aplicada a todos os trabalhadores precários. -----

-----  
O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu as palavras, salientando que na Câmara não existem trabalhadores precários, que existe a situação das Termas de S. Jorge, mas que é diferente. -----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD:31, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o aditamento de três postos de trabalho ao Mapa de Pessoal de 2024, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

**8 – Programa Movimento e Bem-Estar – Transferência de verbas 2023-2024**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 17 de junho de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

-----  
Interveio o membro **Marco Gonçalves** (PS) que disse que, seguindo as normas da Organização Mundial da Saúde, a medida em apreço disponibilizada aos seniores do Concelho permite que participem ativamente no desporto e no convívio, o que considera importante.-----

---



Ina Cunha

Referiu que uma das valências é a hidroginástica que envolve a deslocação das 31 comunidades para 3 piscinas municipais, com transporte assegurado a expensas tanto das juntas de freguesia como das próprias associações, ou até a nível particular, mas tal situação pode inibir o acesso a idosos mais carenciados ou a entidades que não tenham meios financeiros para garantir o transporte, devendo o Município facilitar e garantir o transporte. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** disse que o processo é evolutivo e que estas são as condições que, de momento, a Câmara pode disponibilizar aos seniores do Concelho, comentando que gostaria de as melhorar.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD:31, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a transferência de verbas, no âmbito do programa em epígrafe, para as Juntas de Freguesia, nos termos exarados e propostos na deliberação camarária supraidentificada. -----

#### **9 - Contrato de Delegação de Competências - Bar do Arraial em Lourosa** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 17 de junho de 2024 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

  
João Cunha



E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD:31, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), autorizar a celebração do contrato de delegação de competências entre o Município e a Junta de Freguesia de Lourosa, nos termos da minuta a que se refere a deliberação camarária supraidentificada. -----

**10 – Protocolo de cedência de instalações a celebrar entre o Município e a Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas** -----

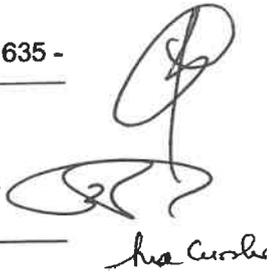
A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 17 de março de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por saudar a medida, dizendo que a mesma está relacionada com a questão da transferência de responsabilidades entre a Câmara e as juntas de freguesia, salientando que se trata de um exemplo do que se pode melhorar, pois se é um espaço que não está a ser utilizado, porque não ser a junta de freguesia a geri-lo. -----

Disse que o protocolo refere que a gestão dos edifícios escolares deve respeitar as finalidades de utilização definidas, devendo ser afeta a atividades de índole educativa e cultural, questionando quais são as atividades previstas para perceber que uso terão as instalações. -----

Referiu que o preocupa o facto de o protocolo mencionar que a Junta de Freguesia possui os recursos humanos capazes de implementar atividades de índole educativa e cultural, afirmando que a citada Junta não tem esses recursos. -----

Interveio a deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS) que disse que,



João Carlos

como lamacense, gostava que o presente procedimento tivesse ocorrido há mais tempo, que, já em 2021, havia um documento de uma outra instituição, que não a Câmara Municipal, a dizer que as instalações poderiam ser geridas por outra entidade, acrescentando que os membros do PS na Assembleia de Freguesia colocaram a questão e mostraram o seu desagrado por não serem cumpridos os procedimentos certos. -----

Salientou que não estão contra a cedência do edifício escolar, mas que os procedimentos devem ser feitos da forma correta, não sendo primeiro a instituição a saber que vai poder usar as instalações, e só depois, o presidente de junta. -----

Referiu que a questão colocada pelo membro Carlos Martins é pertinente, mas que já sabe a resposta à mesma porque, antes da entrega da escola ser feita, houve discussão, em duas sessões da Assembleia de Freguesia, sobre o edifício. -----

Alertou para que outros presidentes de junta fiquem atentos, tal como esteve o presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas, André Vivas, quando tomou conhecimento do assunto, porque, por vezes, antes da deliberação camarária, existem movimentações desaconselháveis, frisando que os órgãos autárquicos têm de ser respeitados e nenhuma instituição deve ser priorizada. -----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse que está em causa uma situação que foi um tema de debate intenso durante a campanha eleitoral em 2021, e, entretanto, a freguesia pôs-se de acordo em relação ao fundamental. -----

Referiu que estes protocolos têm a particularidade de tentar manter as escolas, nomeadamente, as centenárias, sempre afetas a uma área de educação ou cultural, porque podem ser reafetas ao serviço educativo, caso venha a existir tal necessidade. -----

Disse que a Junta de Freguesia não vai ter encargos com recursos

---



humanos porque, pela informação que tem, a cedência vai ser feita à Associação Bem Estar de Santa Maria de Lamas. Informou que há uma carência grande de creches no Concelho, e que Santa Maria de Lamas não é exceção, assim, para conseguir aumentar a oferta da creche, a associação precisa de um espaço que, neste momento, está ocupado pelo ATL. -----  
Referiu que, depois de um período mais turbulento, é uma solução consensualizada e positiva, porque aumenta a valência de creche e mantém a valência de ATL. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor (PSD:31, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 abstenção (CDU), aprovar o protocolo de cedência de instalações em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

O membro **Carlos Cunha** (CDU) fez a seguinte declaração de voto: -----  
“Só para indicar que votei a favor, fazendo boa-fé que a Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas irá respeitar os princípios elementares de concorrência em atividades lucrativas, como são estas, e, portanto, que isto será levado em linha de conta no momento de entregar aquele espaço à associação em causa.” -----

Saiu o membro *Valdemar Silva*. -----

### **11 - Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 17 de junho de 2024 e restante documentação que a acompanha -



Ana Cunha

oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

-----  
Interveio a deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS) que começou por dizer que concorda sempre com a realização destas delegações de competências, pela maior proximidade à realidade da comunidade. -----

Disse que o contrato menciona a aquisição de equipamentos básicos, mobiliário, material didático e equipamentos desportivos, laboratoriais, musicais e tecnológicos, apenas para o 2.º e 3.º ciclo e secundário, não fazendo alusão ao 1.º ciclo e ao pré-escolar. Questionou se não seria benéfico haver uma transferência destes equipamentos, nomeadamente instrumentos musicais ou equipamentos laboratoriais, porque não existem nessas escolas. -----

Salientou que também nele se refere que as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) vão passar para a gestão direta do Município a partir de 1 de setembro de 2024, questionando se isso está devidamente ponderado. -- No que concerne às atividades que vão ser uniformizadas questionou se serão exatamente iguais em todas as escolas, e se vão estar adequadas, por exemplo, ao teatro e às artes circenses para, de certa forma, fazer a ligação com as atividades grandiosas do Concelho. -----

Concluindo, questionou se os professores das AEC vão integrar o mapa de pessoal da Câmara. -----

-----  
Usou da palavra, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, **Gil Ferreira**, que explicou que a transferência relativa à Portaria n.º 10 se aplica, exclusivamente, ao 2.º ciclo, 3.º ciclo e secundário, e está relacionada com materiais específicos, designadamente, órgãos para dissecar, que são usados nas disciplinas de Ciências, nesse sentido, entendeu-se que as direções de agrupamento e os grupos disciplinares providenciem esses materiais. -----



me Cunha



No que diz respeito à gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular informou que o princípio é o de promover um maior alinhamento e envolvimento da autarquia, que está representada nos conselhos gerais. Realçou que a definição da estrutura das atividades de enriquecimento curricular, e a promoção das mesmas no âmbito da escola a tempo inteiro, é uma competência própria das autarquias, embora o conteúdo seja uma competência do órgão de gestão, o Conselho Geral. -----

Salientou que, neste contexto, vai ser mudado o modelo de funcionamento para a autarquia poder ter uma presença mais ativa, precisamente, na definição a que aludiu a deputada municipal Alexandra Sousa, e também para pugnar pelo cumprimento de um princípio constitucional, que é o princípio da universalidade no acesso às atividades de educação. -----

Disse que a Câmara pretende fazer o caminho desse alinhamento, designadamente com valores e ativos de um currículo local e de disciplinas que entende que são fundamentais para o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, para as suas aprendizagens essenciais e para o desenvolvimento integral. -----

Relativamente aos professores das AEC, informou que a Câmara não vai recrutar professores, mas que vai estabelecer, por via de protocolo, parcerias com entidades especializadas que atuam nesta área de ensino. Deu nota que, numa primeira fase, fase de maturação, de definição e de aperfeiçoamento, primeiro das áreas essenciais, depois da qualidade dos currículos e das atividades, entende que este é o melhor modelo, sendo um modelo de transformação prudente e, naturalmente, progressivo. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD:31, PS:15, CDS-PP, IL, IND) e 3 abstenções (BE, CH, CDU), autorizar a alteração ao Contrato Interadministrativo em epígrafe, nos termos da minuta do contrato, bem como o aditamento ao seu Anexo I – Mapa dos



*Ine Cumb.*

Recursos Financeiros para 2024, a que se referem a deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentrou o membro *Valdemar Silva*. -----

Saíram os membros *Miguel Branco, José Castro e Armando Teixeira*. -----

**12 – Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, SA – 2023**-----

- **Relatório de contas e gestão/relatório de exploração**-----

- **Atas das reuniões do conselho de administração e assembleia geral**---

- **Certidão da conservatória do registo comercial**-----

**13 – Relatório anual emitido pela Comissão de Acompanhamento da concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento – 2023**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam apreciados em conjunto e submetidos, separadamente, a votação. De seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 3 de junho de 2024, e restante documentação que as acompanham – oportunamente disponibilizadas aos membros desta Assembleia Municipal.

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que, aludindo ao relatório respeitante ao ponto n.º 13, disse que a CDU defende a criação de um questionário de satisfação dos utentes de forma a identificar, através das queixas formuladas, as dificuldades sentidas, acrescentando que o relatório em causa parece ter sido feito pela própria Indaqua, e não por uma comissão de acompanhamento, que se pretendia fosse crítica e identificasse falhas, com vista à melhoria do serviço prestado. -----

Concluiu realçando que, uma vez mais, o contrato de concessão mostra-se



ruinoso e feito para servir uma empresa privada, a qual continua a acumular lucros e a despejar na Câmara os custos da ampliação das redes de saneamento e de fornecimento de água. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse que os documentos em apreço sugerem o cumprimento generalizado do contrato de concessão e dos investimentos previstos por ambas as partes, e, para além disso, sugerem que o abastecimento de água e o saneamento se transformaram, em Santa Maria da Feira, num negócio milionário à custa dos feirenses, representando quase 10 milhões de euros em lucro bruto e 7 milhões de euros em lucro líquido, com a prática de uma das tarifas mais elevadas do país. -----

Referiu que, para o BE, não restam dúvidas de que a concessão, tal como é efetuada, não serve os feirenses e que as alternativas públicas que garantem os serviços concessionados são muito mais económicas e vantajosas para a população, frisando que não é o BE que o diz, mas sim a própria entidade reguladora. Disse que esta assimetria torna o acesso a um bem essencial um fator especialmente penalizador para os feirenses. ---  
Salientou que os investimentos realizados em Santa Maria da Feira não acompanham os preços exorbitantes, pelo que o BE não pode estar de acordo com um monopólio natural, criado pelo Município, em torno do acesso à água e à rede de saneamento. -----

Em conclusão referiu que tem de ser dada uma resposta política ao problema criado pelos sucessivos executivos do PSD, comentando que o resgate da concessão tem de ser um tema presente na discussão política municipal, desde que haja coragem para isso. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) salientando que apresentou 4 requerimentos relacionados com a Indaqua, há mais de meio ano, e que ainda não obteve resposta, os quais são importantes para acompanhar o



Inês Cunha

negócio. -----

Disse tratar-se de um negócio que lida com um bem cada vez mais escasso, precioso e imprescindível para a sobrevivência humana, pelo que é preciso ser bem gerido, evitando ao máximo desperdícios, pois é uma questão de racionalidade económica e de respeito pelo ambiente e pela vida. -----

Referiu ter consultado o relatório de gestão na expectativa de encontrar boas notícias, e encontrou duas, designadamente a redução de perdas de água, para 14,85%, e o aumento do número de utilizadores da rede de saneamento, o que considera positivo, a primeira, porque reduz o desperdício, e a segunda porque evita que mais água não tratada seja despejada nos rios. -----

Disse que, por outro lado, há um aumento das vendas de água, dando nota que em 2023, por cliente, verificou-se um dos maiores consumos de água de sempre, o que, apesar de ser uma boa notícia para a Indaqua, não pode ser uma boa notícia para o Município. Salientou que o Município devia estar preocupado em garantir que as famílias, as empresas e as instituições consumam menos água, mas que isso bate de frente com os objetivos da Indaqua e com os direitos contratuais desta. -----

Referiu que os 7 milhões de euros de lucro de 2023 serão apenas uma fração dos resultados futuros, e que isso não será, em si, necessariamente mau porque a empresa tem direito a ser ressarcida dos investimentos que realizou, mas que fica com a sensação de que a Indaqua está a enganar o Município, desde a interação com entidades do grupo Indaqua até à utilização de suprimentos dos sócios para financiar a própria empresa, com custos muito questionáveis, e que terá interesse em esvaziar os resultados para manter a Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) dentro dos limites que pretende. -----

Recordou que quando a empresa não estava a conseguir obter os resultados que pretendia recorreu à TIR para reclamar um reequilíbrio

---



económico e financeiro do contrato, sublinhando que, agora, seria importante o Executivo ficar atento à forma como se fazem os ajustamentos. -----

Lembrou que o financiamento da empresa é feito com suprimentos, que são mais de 40 milhões de euros, que estão a ser pagos com um spread de 3% e Euribor a 6 meses, o que significa que os sócios, que deveriam estar interessados na racionalidade económica da empresa, estão a retirar mais de 6% do dinheiro emprestado. -----

Concluindo, disse que tal situação reduz substancialmente os resultados da empresa, de forma que a TIR se enquadre em determinados limites, considerando que isso é enganar o Município. -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) mencionando que o PSD não tem a tarefa de defender a Indaqua, porque não é isso que está em causa, pois o objetivo do PSD é defender os interesses dos feirenses, acrescentando que, nesta matéria, também é preciso dar uma certa perspetiva do que foi e do que é este contrato.-----

Disse ser necessário perceber-se que, ao contrário do mencionado, este é um mercado que, naturalmente, é um monopólio natural, realçando que era praticamente impossível, dada a necessidade de investimento que existia antes da concessão, haver 2 ou 3 empresas a tentar criar o conjunto de infraestruturas que hoje serve o Município. Deu nota que a Indaqua celebrou o contrato tendo como objetivo a obtenção do lucro, reforçando que o Município não tinha, na altura, a capacidade financeira para dotar o território, da forma tão rápida como o fez a empresa, das infraestruturas agora existentes ao serviço dos feirenses. -----

Salientou que essa foi uma opção tomada, bem ou mal, mas que se enquadra no espírito que acabou de mencionar, reafirmando que não se pode pedir a uma empresa que foi criada com o objetivo de ter lucro, que não o tenha. Quanto à questão se o lucro é ou não excessivo, considerou

---



Ana Cunha

que a Assembleia não tem, com os números que lhe são fornecidos, capacidade para fazer essa avaliação. -----

Em relação ao serviço que é prestado, disse que o município de Santa Maria da Feira tem hoje, em relação à média nacional, melhor qualidade de serviço no abastecimento da água, salientando que tem água segura acima da média nacional, tem água não faturada abaixo da média nacional, tem menos ocorrência de avarias em condutas do que a média nacional, tem mais acessibilidade física ao serviço, com uma cobertura de 98%, tem a acessibilidade económica ao serviço superior, tem maior adesão ao serviço, mais reabilitações, menos perdas.-----

Concordando que todos preferiam que o preço fosse inferior, e até admitindo que, em alguns contextos, é efetivamente elevado, disse que a verdade é que o Município tem um serviço de qualidade. No entanto, disse não perceber como se vai conseguir diminuir o consumo de água baixando, em simultâneo, o preço da mesma, pois a fatura inclui o abastecimento de água, o saneamento e os resíduos, e, comparando com Oliveira de Azeméis e Vila Nova de Gaia, é verdade que Santa Maria da Feira tem água mais cara, mas, no caso do saneamento, isso não é verdade, porque os referidos municípios têm taxas bem mais altas.-----

Acrescentou que, no global, o preço faturado depende muito dos consumos, frisando que não é líquido que, em Santa Maria da Feira, se pague mais.-----

Em conclusão disse que, quando terminar o contrato da concessão, o Executivo da altura reavaliará o assunto, sem prejuízo de que se pode começar, desde já, a fazer essa avaliação, mas que a verdade é que, neste momento, há um contrato a partir do qual a empresa tem prestado um serviço de qualidade e dotado o Município com infraestruturas.-----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** sublinhando que a discussão em torno deste assunto é recorrente, havendo divisões até

---



Ana Cunha

doutrinais e ideológicas sobre os monopólios naturais e sobre as concessões, dando nota que a Câmara se revê, integralmente, na posição explanada pelo membro Carlos Seixas. -----

Salientou, para tranquilizar o membro Daniel Gomes, que a Câmara estará sempre atenta na defesa e na salvaguarda do direito dos feirenses, reforçando que, tendo um contrato, zelarà sempre, nos momentos próprios, adequados e contratuais, pelos interesses do concelho. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminada a discussão destes dois pontos, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento e apreciado os documentos em referência. -----

Reentrou o membro Miguel Branco. -----

#### **14 – Alteração à postura de trânsito da freguesia de Rio Meão**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 3 de junho de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 51 votos a favor (PSD:29, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a alteração à postura de trânsito da freguesia de Rio Meão, com implicações no Beco das Valas e na Travessa da Cooperativa, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----



Reentrou o membro José Castro. -----  
Saíram os membros Marco Jesus, Daniel Gomes e Jorge Silva. -----

**15 - Programa de Apoio ao Desporto: Medida 6 - Apoio a equipamentos desportivos: d) Manutenção de pavilhões gimnodesportivos** -----

**- Atribuição de Apoio à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 6 de maio de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD:29, PS:14, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a atribuição à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior de um apoio no valor de 10.000,00 €, no âmbito do programa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentrou o membro Jorge Silva. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia**, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 3 inscrições, dos munícipes Ana Antunes, Fernando Oliveira e Luís André Santos, por esta ordem, para abordar os assuntos identificados na listagem oportunamente disponibilizada aos



  
membros desta Assembleia Municipal. Informou aos munícipes inscritos que, nos termos regimentais, tinham, cada um, cinco minutos de intervenção, numa intervenção única. -----

-----  
Interveio a munícipe **Ana Antunes** que começou por dar nota que todas as perguntas que faz são para poder esclarecer todos os feirenses que se sentem abandonados por este executivo do PSD, e se sentem sem voz ativa e órfãos de uma proximidade que há muito se perdeu em Santa Maria da Feira. -----

Posto isto, questionou ao Sr. Presidente da Câmara se estão a decorrer licenciamentos de novas superfícies comerciais no concelho de Santa Maria da Feira, e, se sim, onde estão previstas. Perguntou ainda quais as contrapartidas negociadas com esses promotores em benefício da população. -----

Referiu que o comércio local feirense está a morrer e que isso é, em grande parte, culpa do executivo PSD pois não soube apoiar, efetivamente, o comércio local e permitiu a abertura massiva de superfícies comerciais por todo o concelho, motivado sabe-se lá porquê. -----

Disse que a segunda pergunta é para saber quais foram as contrapartidas dadas pelo Mercadona, em Lourosa, pelo Aldi, também em Lourosa, e pelo Aldi de Santa Maria da Feira, para a população feirense. Comentou que o Mercadona, em Santa Maria da Feira, participou na rotunda do Lusopark, mas que a mesma está uma vergonha, como todos conhecem. ---

De seguida, questionou quantos carros ligeiros tem a Câmara ao seu serviço e se os mesmos são propriedade da Câmara ou se são serviços de aluguer, perguntando ainda qual o valor gasto, em 2023, em serviços de aluguer/renting. Perguntou, ainda, quantos carros estão ao serviço dos vereadores e se havia necessidade de fazer contratos de renting com carros de marca BMW, e qual o custo mensal. -----

Concluindo, perguntou se o Sr. Presidente da Câmara votou, na altura, a



João Cunha

favor da aquisição de um automóvel para o serviço do então Presidente da Câmara, no valor de 80 mil euros, adquirido no atual mandato. -----

-----  
Interveio o munícipe **Fernando Oliveira** que disse querer colocar algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara, começando por questionar de quem é a competência do licenciamento do estacionamento automóvel no Concelho. -----

Questionou como está o assunto da empresa P. Parques, perguntando se a mesma tem feito o pagamento dos valores devidos pela concessão do estacionamento na cidade de Santa Maria da Feira. Perguntou, também, qual o valor em dívida da empresa P. Parques para com a Câmara, à data de 31 de maio de 2024.-----

De seguida disse que, estando-se a aproximar a Viagem Medieval, surgirão parques de estacionamento por toda a cidade, questionando se são autorizados pela Câmara e se são legais. Referiu que muitos desses parques têm iluminação no recinto, perguntando se a Câmara autoriza e fiscaliza essa situação e se pode garantir que não está a ser usada iluminação pública nesses casos. -----

Continuando, questionou qual o valor pago pelo aluguer do Grande Auditório do Europarque para o comício da AD – Aliança Democrática, no dia 1 de março de 2024, e quem foi a entidade que alugou e pagou.-----

Terminando, perguntou qual o valor cobrado pelo aluguer da sala do Europarque para o comício do BE – Bloco de Esquerda, no dia 5 de março de 2024, e quem foi a entidade que alugou e pagou.-----

-----  
O munícipe **Luís André Santos** fez a intervenção que se passa a citar: -----  
“Em primeiro lugar, dirijo-me à Sra. Presidente para que as minhas palavras fiquem registadas em ata, e não apenas um resumo.-----  
Como todos sabem, fui militante durante mais de 30 anos do PSD, tendo sido também eleito local na Assembleia de Freguesia de Fornos e, durante



Inês Cunha



12 anos, membro da Assembleia Municipal por inerência da função de Presidente da Junta de Fornos. Em todos estes anos, nunca tive contacto com o tipo de práticas com que fui confrontado e sofri desde o início deste ano. Desde ameaças, telefonemas anónimos, perseguições pessoais, bem como às lojas de que sou proprietário. Quem me conhece sabe que não vou desarmar nem desistir, e, por isso, só me poderão calar com medidas extremas. -----

Pensei que Santa Maria da Feira estava livre destas práticas, e, por isso, agora percebe-se uma oposição amordaçada e displicente. -----

Santa Maria da Feira e os Feirenses merecem muito mais. -----

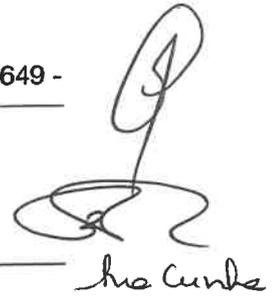
Sra. Presidente, sabemos que não foi eleita para o lugar que ocupa, mas pede-se que seja isenta e faça cumprir o regimento. No dia 16 de maio e 7 de junho, fizemos seguir um e-mail solicitando que fizesse cumprir o ponto 4 do artigo 28.º do Regimento, que não obtivemos resposta da sua parte. Quero corrigir, recebemos hoje, dia da Assembleia, dia 27 de junho, às 16h24. Portanto, a sua resposta foi hoje recebida. -----

Sr. Presidente da Câmara, qual foi o custo suportado pelo município no transporte dos alunos feirenses, agora que finalizou o ano, ou está-se a finalizar, e que deveria ser responsabilidade da UNIR? -----

A Câmara Municipal vai pedir a devolução desse valor? -----

Ponto 3. A empresa contratada por ajuste direto no valor de 399 mil euros mais IVA, contrato 238/2023 com data de 16/11/2023, foi para colmatar estas falhas da UNIR? -----

Ponto 4. Pode explicar a contratação por ajuste direto no valor de 300 mil euros mais IVA, contrato 96/2023AV, que refere, na sua descrição, sendo referente ao ano escolar 2022/2023 e apenas feito em 17 de maio de 2023, portanto, no fim do ano escolar 2022/23. A minha dúvida é, fizeram o serviço e depois a Câmara fez o ajuste direto? Tem a ver com a contratação de meios de transporte de crianças, uma é uma empresa de táxis e outra é empresa de camionetas. -----



João Cunha

Portanto, tem conhecimento que ambos os ajustes, ambos diretos, são a empresas diferentes, mas que têm um gerente em comum? É que estamos a falar que, desde 25/11/2022, portanto, um ano e meio, foram adjudicados, por ajuste direto, mais de 1,2 milhões de euros. -----  
E o ponto 6, para terminar. É verdade que a Policia Judiciaria esteve, no início deste mês, a fazer buscas na Câmara Municipal, no pelouro do urbanismo e da contratação pública?"-----

-----  
O membro **Tiago Paiva** (BE) pediu a palavra, dizendo que a sua intervenção vem no seguimento da referência que foi feita ao aluguer do Europarque para um comício do Bloco de Esquerda, na campanha das eleições legislativas de 2024. -----

Disse querer referir-se a este tema como um tema trazido pela concelhia do Chega, ressaltando que acha importante que se definam as intervenções pelo que elas representam, pois não são intervenções de cidadãos, mas sim de uma concelhia que se faz inscrever em bloco e que, na sessão anterior desta Assembleia, se inscreveu pelo e-mail da própria concelhia. -----

Referiu que lhe apraz fazer uma muito breve referência e recordar que o tempo em que o fascismo perseguia e limitava a iniciativa partidária acabou, salientando que esse tempo, em que se identificavam, perseguiram, torturavam e assassinavam quem manifestava ideologias partidárias contrárias, foi derrotado na Revolução de Abril. -----

Concluindo disse que, dentro do cumprimento estrito da lei, fiscalizado pelo Tribunal de Contas, o que os partidos fazem ou deixam de fazer não diz respeito ao Chega, nem o Chega é chamado a opinar sobre o tema. -----

-----  
*Reentraram os membros Marco Jesus e Daniel Gomes.*-----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** iniciando as respostas com o tema dos licenciamentos das superficies comerciais no Concelho,



Ana Cunha



informado que se encontra registados os processos registados sob os n.ºs 594/2024 (Zenith, em Santa Maria da Feira), 172/2022 (Lidl, em Mozelos) e 737/2022 (Intermarché, em Lourosa). Esclareceu que o primeiro se encontra em fase de análise do projeto de arquitetura e consultas externas, carecendo de parecer da CCDRN tendo obtido da Infraestruturas de Portugal (IP) parecer desfavorável. Quanto ao processo de Mozelos, disse que a operação urbanística foi deferida, encontrando-se em fase de levantamento do título de construção, por fim, e sobre o Intermarché em Lourosa, disse que está em fase de análise e emissão de parecer da IP.-----

Sobre a afirmação proferida de que o comércio está a morrer, disse que os dados que a Câmara tem contrariam essa afirmação, pois o comércio em Santa Maria da Feira cresceu, na última década, conforme provam os indicadores económicos, que vão desde o número de novos comércios, ao número de trabalhadores e ao volume de negócios.-----

Sobre as contrapartidas que foram dadas, disse que a munícipe Ana Antunes, ao mesmo tempo que questionou, referiu quais foram as contrapartidas, pelo que essa questão está respondida.-----

Em relação aos carros, informou que a Câmara tem cerca de 1500 funcionários e tem competências em várias matérias, desde a Saúde à Educação, e, às vezes, vai além disso e substitui a administração central em certas áreas, como acontece com as forças de segurança pública. Informou que a Câmara tem 121 automóveis ligeiros, dos quais 42 são elétricos ou híbridos, 18 estão em regime de renting e 2 aguardam abate, acrescentando que alguns carros estão adstritos aos serviços da PSP e da GNR, ao programa Escola Segura, e outros às Unidades de Saúde Familiar. Sobre os carros dos vereadores informou que a Câmara não escolheu a marca dos carros, explicando que tal foi objeto de um concurso, tendo vencido a marca que apresentou o melhor preço.-----

Quanto à questão se votou a favor da compra do carro para o serviço do Presidente, disse que a votação está em ata, que é pública, pelo que a pode



Inês Carreira

consultar. Saliou que a pergunta é retórica, que tem objetivos que são perceptíveis para todos.-----

Em relação ao estacionamento automóvel disse que, em princípio, é da competência das câmaras municipais fazer a concessão de estacionamento automóvel. Informou que a empresa P. Parques, à data de 31 de maio, não tem dívidas à Câmara no âmbito do contrato de concessão de pacómetros. -

Sobre a Viagem Medieval disse que a gestão desse evento está entregue à empresa municipal Feira Viva, pelo que não consegue, neste momento, responder, mas que colocará essas mesmas questões à empresa municipal.

A respeito da utilização do Europarque informou que a Aliança Democrática utilizou o auditório e o foyet do Europarque, no dia 1 de março, tendo pagado 2.380 € mais IVA, e que o Bloco de Esquerda pagou, pela sala S3 e pelo grande hall, 1.267,50 € mais IVA, pagamentos que poderão ser aferidos nos relatórios de atividade e contas. Disse também querer saudar a presença para breve da Iniciativa Liberal no Europarque, informando que a mesma vai pagar um valor orçado em 19.777,50 €-----

A propósito, aproveitou para dar nota que o ano de 2023 foi o melhor ano do Europarque, ao nível do número de eventos e da faturação. Referiu que, ainda assim, nos primeiros 5 meses de 2023, os serviços do Europarque apresentaram 462 mil euros, mas que, em 2024, à mesma data, já vai nos 565 mil euros, traduzindo um crescimento em período homólogo superior a 22%, mais de 100 mil euros, perspetivando-se um ano de 2024 bastante positivo e acima de 2023. -----

Sobre a rede UNIR disse que aquilo que a Câmara está a fazer é usar a máxima da capacidade instalada em serviços especiais de transporte de alunos, e que o resto foi feito pela Unidade de Gestão de Frota da Câmara, pelo voluntarismo e força de vontade dos trabalhadores municipais, que, aliás, ainda tiveram de levar com algumas acusações de que estavam a transportar alunos indevidamente.-----

Informou que, diariamente, na área da Educação, a Câmara apoia 1362



Ana Cunha



crianças no âmbito de atividades de animação e de apoio à família, e que 1249 crianças têm a componente de apoio à família, acrescentando que foram servidas 1.230.498 refeições, em 2023. Deu nota que o rácio que o Governo impõe, por lei, é de 607 profissionais, mas que o Município tem 633 profissionais de apoio à rede escolar.-----

Comunicou que, em 2023, a Câmara requalificou 12 parques infantis, 5 espaços de recreio, em contexto de renaturalização, tendo sido registados 2054 pedidos de manutenção e conservação na plataforma Siga. -----

Sobre o transporte escolar comunicou que, em 2023/24, paralelamente ao transporte da UNIR, a Câmara garantiu o transporte de 114 alunos com necessidades educativas especiais, e que o investimento total, incluindo circuitos especiais e ensino inclusivo, é de 707.599,49 €. -----

Deu ainda nota que, em abril último, foi iniciado o desenvolvimento do Plano de Transporte Escolar para o próximo ano letivo, dizendo que, em junho, a Câmara reuniu com a AMP, operadores, técnicos de mobilidade e diretores de Agrupamentos, para discutir ajustamentos, e que, no próximo dia 10 de julho, o Plano será discutido pelo Conselho Municipal de Educação.-----

Sobre os ajustes diretos, disse que quando se tenta pôr um anátema sobre os ajustes diretos é preciso que se perceba que são uma forma legítima de contratação pública, à semelhança dos procedimentos de consulta prévia ou de concurso público, acrescentando que, basicamente, a diferença se prende com o valor. Sobre as questões colocadas em relação aos ajustes diretos disse que posteriormente serão dadas as explicações, comentando que não tem dúvidas nenhuma da probidade da Divisão de Contratação Pública e dos procedimentos desenvolvidos.-----

Concluindo, confirmou que inspetores da Polícia Judiciária estiveram nas instalações da Câmara Municipal, como estão várias vezes em várias câmaras municipais, para recolherem elementos que julgam necessários. Salientou que as denúncias anónimas têm aumentado muito, o que obriga



Ine Cunha

o Ministério Público a investigar, a levantar documentos e a fazer perguntas, reconfirma a presença dos inspetores, mas que não pode avançar com mais informação por estar, obviamente, em segredo de justiça. -----

-----  
A **Sra. Presidente da Assembleia** disse que, na questão colocada que lhe diz respeito, cumpre-lhe referir que, desde que tomou funções como Presidente da Assembleia Municipal, que muito a honra, sempre procurou cumprir o regimento, regimento esse que foi feito por todos os deputados da Assembleia Municipal, em que estão representados diferentes partidos, inclusive o Partido Chega. -----

Salientou que esta Assembleia tem sido um espaço e um palco onde se vive a democracia, onde todos discutem, debatem, apresentam os principais problemas e as necessidades dos munícipes, e todos constroem as melhores soluções para proporcionar melhor qualidade de vida, bem-estar e felicidade aos munícipes. -----

Disse ser assim que se revê na política, e que é assim que tem procurado desempenhar o seu papel, ou seja, proporcionar melhor ambiente para que todos possam fazer melhor trabalho, com vista a que os munícipes tenham melhor qualidade de vida e sejam felizes. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Intervenção do Público. -----

-----  
**Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal**-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

-----  
De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----



Nada mais havendo a tratar, às 00 horas e 15 minutos do dia 28 de junho de 2024, a Sra. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

A Presidente,

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,

*Sra. Patrícia Cunha*